

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de maio de 2024 - Ata n.º 36.

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.^{as} Deputadas **Márcia Huçulak** (na função de 1.^a Secretária) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **36.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 35.^a Sessão Ordinária, de 30 de abril de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a Deputada Márcia Huçulak se há Expediente a ser lido.

SR.^A 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Márcia Huçulak – PSD): Boa tarde. Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 300/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei

Complementar n.º 2/2024, que foi convertido na Lei Complementar n.º 265; **Ofício n.º 301/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 140/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.963; **Ofício n.º 302/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 182/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.961; **Ofício n.º 303/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 201/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.960; **Ofício n.º 304/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 202/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.962; **Ofício n.º 305/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 651/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.956; **Ofício n.º 306/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2024, que foi convertido na Lei Complementar n.º 266; **Ofício n.º 308/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 867/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.959; **Ofício n.º 309/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 954/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.958; **Ofício n.º 310/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 1042/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.957; **Ofício n.º 312/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 44/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.965; **Ofício n.º 313/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 710/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.964; **Ofício n.º 314/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 548/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.968; **Ofício n.º 315/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 974/2019, que foi convertido na Lei n.º 21.969; **Ofício n.º 316/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 213/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.970; **Ofício n.º 317/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 131/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.966; **Ofício n.º 320/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 189/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.976; **Ofício n.º 321/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a

sanção do Projeto de Lei n.º 223/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.974; **Ofício n.º 323/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 42/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.975; **Ofício n.º 324/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 785/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.971; **Ofício n.º 325/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 676/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.972; **Ofício n.º 326/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 630/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.973; **Ofícios da Casa Civil**, encaminhando a prestação de contas do exercício financeiro do ano de 2023, referente aos seguintes fundos: Fundo de Desenvolvimento Econômico (**Ofício n.º 935/2024 da Casa Civil**); Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná (**Ofício n.º 934/2024 da Casa Civil**); Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (**Ofício n.º 937/2024 da Casa Civil**); Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno porte do Paraná (**Ofício n.º 932/2024 da Casa Civil**); Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná (**Ofício n.º 933/2024 da Casa Civil**); Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura – Funpar (**Ofício n.º 938/2024 da Casa Civil**); Fundo Garantidor das Parcerias Público – Privadas do Paraná (**Ofício n.º 936/2024 da Casa Civil**); e Agência de Fomento do Paraná S.A. (**Ofício n.º 940/2024 da Casa Civil**); **Ofício n.º 945/2024** da Casa Civil, encaminhando relatório de Gestão referente ao exercício de 2023 do Serviço Social Autônomo Paranacidade.

São esses os ofícios, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O horário do Grande Expediente de hoje, por solicitação do Deputado Hussein Bakri, será destinado para ouvirmos a Diretora Administrativa e Financeira do Detran-PR, Sr.^a Carla Cristina Filus, que falará sobre a campanha “*Maio Amarelo*”, dedicada às ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito. Prazerosamente, anuncio a presença aqui na Casa dos familiares da oradora. Sejam todos bem-vindos. Os servidores do Detran também. Concedo a palavra ao

Deputado Hussein Bakri, que é o proponente, para a devida saudação aos visitantes.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, Deputada Márcia Huçulak, Deputada Maria Victoria, Deputados e Deputadas presentes. Quero cumprimentar a Carla Cristina Filus, que é Diretora Administrativa e Financeira, seus pais Pio Aramis e Célia Filus, os servidores Ana Silvia Amorim e Ana Paula Mota, Francisco Zaro e Vanessa Iwamoto. Quero saudar de forma especial também a Cineiva, que é assessora de Coordenação de Trânsito da Seed. Sou autor da Lei “*Maio Amarelo*”, Lei Estadual de 2015. Essa lei quando foi estabelecida aqui e votada, de forma unânime pelos colegas, prevê que órgãos públicos e instituições da sociedade civil organizada promovam, anualmente, ao longo do mês de maio, ações e atividades de conscientização por um trânsito mais seguro no Paraná. O tema nacional é o seguinte: “A paz no trânsito começa por você”. Quero dizer que essa frase tem uma simbologia enorme para mim porque, Sr. Presidente, muitas vezes o desfecho de uma ocorrência está em uma decisão que vamos tomar, certa ou errada, e muitas vezes não adianta lamentar depois que essa atitude é tomada. Noventa por cento, segundo estudo feito, Sr. Presidente, das ocorrências são evitáveis. Como dói isso! Como é importante fazermos essa conscientização da população que, muitas vezes, uma ação impensada, às vezes o celular que você pega na mão, às vezes é o rádio que você vai mexer, o CD, enfim, às vezes um pouco da velocidade que você exceda, vai estar perdendo uma vida ou tirando uma vida, dependendo do caso. Então, eu queria aproveitar e parabenizar aos órgãos envolvidos. Agradecer a presença do Detran e da Secretaria, e que haja de fato no Paraná inteiro e no Brasil essa conscientização. No Paraná o tema é: “Qual é o seu rolê”? Sugestivo, não é? Existe um plano de redução de mortes e de lesões no trânsito, Pnatrans. Até 2030 busca-se a redução em 50%. Depende de nós. Vamos cada um de nós fazer a nossa parte. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Concedo neste momento a palavra à Diretora Administrativa e Financeira do Detran, Sr.^a Carla Cristina Filus.

SR.^A CARLA CRISTINA FILUS: Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Assembleia, Deputado Ademar Luiz Traiano, e estendo os meus cumprimentos a todos os Deputados aqui presentes, as autoridades, a sociedade paranaense. O mês de maio é conhecido em todo o Brasil pelas campanhas de conscientização sobre acidentes no trânsito. A cor amarela simboliza “atenção” e, também, sinalização e advertência no trânsito. Em 2024, o “Maio Amarelo”, em sua 11.^a edição, traz o tema “Paz no trânsito começa por você”. A proposta é para conscientizar e sensibilizar os motoristas, pedestres, ciclistas, sobre a importância de um comportamento mais seguro no trânsito, que começa em cada um de nós. A campanha tradicionalmente marcada por uma série de atividades busca chamar a atenção de todos para o alto índice de acidentes de trânsito, promovendo ações de redução de mortes. O Detran-PR tem um importante papel nesta campanha, pois somos o elo que une diversas ações e iniciativas junto às escolas, secretarias, prefeituras, instituições da sociedade civil organizada, forças de segurança e sociedade em geral, para fomentar a discussão sobre a importância da segurança no trânsito, junto a todos os usuários das vias. No Paraná, a campanha estadual que vai ao ar, a partir de hoje, tem como mote no trânsito: “Qual é o seu rolê”? Que traz uma mensagem de que cada um pode fazer a diferença nas ruas, depende apenas de nós. Serão realizadas também uma série de ações educativas pela nossa escola pública de trânsito, como palestras com o tema *Visão Zero*, conceito de que a perda de vidas no trânsito não é aceitável, e que todas as mortes e lesões graves são evitáveis por meio de ações e medidas apropriadas. Este ano o Paraná completa nove anos da criação da Lei n.º 18.624/2005, que foi incentivada pelo Deputado Estadual Hussein Bakri, onde cria o “*Maio Amarelo*” no Estado, fomentando e incentivando a discussão e a realização de atividades e ações voltadas ao trânsito. O Governo do Estado do Paraná também foi o primeiro Estado da Federação a aderir ao Pnatrans - Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, ainda em 2021, que está alinhado com a agenda global de segurança viária. O Plano Nacional tem o compromisso de reduzir em pelo menos 50% das mortes no trânsito brasileiro até 2028, preservando aproximadamente 86 mil vidas neste período. Desde a adesão,

as Secretarias e municípios vêm realizando reuniões mensais. Foram criados grupos de trabalho junto ao Executivo, que discutem o tema trânsito com ações alinhadas e coordenadas coletivamente, trazendo as ações que estão no Pnatrans, que tem os seis pilares e 154 ações, para dentro das nossas Secretarias, sensibilizando e incentivando a atuarem dentro das suas estruturas, para que tenhamos êxito na redução de mortes e lesões no trânsito. A proposta é redução de 50% do número de mortes, tendo como base os anos de 2018 a 2021. A meta é ousada, senhores, mas não impossível. O reflexo dessa integração entre as Secretarias e os órgãos de trânsito levou o Paraná a ter um destaque especial no prêmio Senatran 2023, onde resultou com a premiação do Detran e do DER-PR em primeiro lugar na categoria Pnatrans, que se refere à ação de governância e execução do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito. O Departamento de Trânsito também foi o primeiro na categoria dois: aprimoramento do Renaest - Registro Nacional de Estatísticas de Trânsito; e o município de Londrina também foi contemplado por meio da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo; demonstrando assim que o Governo do Paraná está comprometido com a política do Pnatrans, colocando em ação as medidas de prevenção de acidentes e mortes no trânsito. O Detran/PR não tem medido esforços no desenvolvimento de ações concretas e eficientes e vem avançando com as políticas públicas, com investimentos em campanhas educativas e investimentos junto aos municípios. Foram firmados convênios com os municípios que têm com o objetivo a execução da sinalização viária horizontal e vertical por parte do Detran, com entrega de mais 30 obras já concluídas e previsão de mais de 90 municípios para 2024. Estas ações trazem maior segurança aos usuários das vias, que vem ao encontro com o programa *“Asfalto Novo, Vida Nova”* do Governo do Estado. Além de segurança, a sinalização de trânsito contribui para a orientação e a organização dos nossos municípios. As placas indicam rota, distância, limites de velocidade, entre outras informações úteis aos usuários da via. Desta forma é possível garantir uma circulação mais fluida e eficiente, contribuindo para a educação para o trânsito e maior desenvolvimento da região. Trânsito mais seguro, civilizado e humano, bem como estão em trâmite convênios

de municipalização do trânsito que estão sendo tratados com gestores municipais que têm interesse do tema. Inicia hoje, em Foz do Iguaçu, o 4.º Seminário de Mobilidade Urbana Segura e Sustentável, que ocorre junto com a abertura internacional do “*Maio Amarelo*”. O evento contará com a participação de oito países, e tem como objetivo reunir especialistas, autoridades, organizações e público em geral, para aprofundar as discussões e as iniciativas em torno da segurança viária e da mobilidade urbana sustentável. O nosso Diretor-Presidente, Adriano Furtado, não pôde prestigiar o nosso evento hoje aqui, pois participa da abertura do Seminário na Tríplice Fronteira. Toda a diretoria do Detran agradece aos Deputados Estaduais pelo irrestrito apoio que vem recebendo nas ações que vem desenvolvendo na luta diária de redução de mortes e lesões no trânsito. É de suma importância a união dos nossos esforços. Estamos plenamente engajados para construirmos uma solução conjunta, sensibilizando a sociedade. O desafio é grande, mas a soma das estruturas com o mesmo foco tem uma força muito maior que propriamente o desafio. Agradeço a todos pela participação e a conscientização para um trânsito mais seguro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão por alguns instantes, para que possamos fazer os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está reaberta a Sessão. Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todas e todos presentes. Um dia, na praça da Paz Celestial, na China, um homem enfrentava um tanque e prendia a atenção do mundo pela sua resistência. Não estou colocando aqui nem em questão a visão ideológica, porque na China é o Partido Comunista que governa. Um único homem causou empatia em todos. Neste momento lembro, para chegar no tema que quero, mais uma vez da canção *Blowin' In The Wind*, do Bob Dylan, cantor de música folk americano. Bob Dylan clamava na sua música quantas mortes ainda seriam necessárias para que se

saiba que já se matou demais? A mesma empatia com a população civil da Ucrânia, que muitos jornais tentam estabelecer quando há um bombardeio em uma guerra, ou em bombardeiros anteriores no Iraque, que o caso Snowden trouxe à tona, quando uma população civil é bombardeada. Também trago aqui, hoje, um acontecimento da minha cidade para que a nossa empatia com a dor, com o sofrimento de alguém extrapole a nossa visão, às vezes, ideológica e que vá ao encontro dessa dor, para que se saiba que já se matou demais, e principalmente quando o artífice da morte tem vínculo institucional. Saibam os senhores que um homem chamado Alcione Antônio foi barbaramente e brutalmente atropelado por uma viatura da Polícia Militar do Estado do Paraná, no dia 30, e agora, no sábado, ele veio a falecer. Tive conhecimento retornando de uma das minhas agendas de formação política e, quando fui olhar a imagem, a dor é imensa! A dor do médico... Esta é a dor do médico! A dor do médico é gigantesca. Ela dói! Ela dói! Mas a dor humana de um militante das causas sociais é imensa também. E, claro, fiz a minha obrigação, estamos oficiando aqui a nossa Comissão de Justiça para que possa nos ajudar. Faço parte da Frente Parlamentar dos Cidadãos em Situação de Rua, presidida pelo Deputado Renato Freitas, mas é preciso que demos uma resposta, que a Secretaria da Segurança se posicione, que o Governo do Estado se posicione. Esta dor não pode passar ao largo, a morte de alguém fragilizado. *Ah, mas ele era alcoolista. Ah, mas ele era drogadito. Ah, mas ele queria estar na rua.* Não importa. A empatia do ser humano tem que existir nessas horas, não é essa empatia destrutiva, tóxica que às vezes vemos. Esses dias o Pastor Malafaia criticava o Lula porque ele foi ao Rio Grande do Sul e não torcia nem pelo Inter e nem pelo Grêmio, esquecendo do que é fundamental! O nosso Deus clama quando alguém está sendo destruído, alguém que deveria ser protegido pelo Estado, alguém que deveria ser acolhido na sua dor. O nosso mundo vai ser desenvolvido, vai ser belo, vai ser bonito de fato quando a dor de alguém frágil, de alguém que não tem condições nem de sobrevivência mais, ela nos tocar, o nosso coração sentir que ali está um irmão de caminhada. Filhos do mesmo Deus que somos não aceitamos a morte e uma morte violenta, a morte violenta. Quem olhar as imagens vai ver: a viatura policial

vem e ela muda de rota rapidamente. Há um movimento ainda, com se passasse por cima daquele ser humano. Olhem o absurdo! Olhem o absurdo. E falo isso e aqui não estou generalizando que todos os policiais militares fazem isso. Não! Certamente os bons policiais, certamente as pessoas da força de segurança que cumprem o seu papel com todas as dificuldades possíveis, às vezes, estão sentidas e precisamos separar o joio do trigo, precisamos colocar o dedo na ferida, precisamos ter a coragem, essa coragem profética de denunciar quando uma injustiça desse tamanho contra os fragilizados acontece. E se calarmos é porque deixamos morrer a empatia humana, deixamos morrer o sentido de ser humano, o sentido de buscar o outro e de acolher... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Doutor Antenor, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Concluindo. Agradeço pela atenção. E estamos tomando todas as providências devidas, oficiando o Ministério dos Direitos Humanos, na figura do Ministro Sílvio Almeida, a Frente Parlamentar dos diversos Parlamentares Brasil afora que trabalham nesta área, mas sensibilizando o coração de todos nós, porque creio que aqui não há partido, não há ideologia, há identificação com a vida humana e a vida humana fragilizada no seu extremo, de um morador em situação de rua. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADO MARIA VICTORIA (PP): Boa tarde, caros colegas Parlamentares. Boa tarde, população que nos assiste pela *TV Assembleia*, pelas redes sociais e que estão nas tribunas de honra. É com grande entusiasmo que protocolamos, na semana passada, o Projeto de Lei n.º 271/2024, que trata de um tema fundamental ao nosso presente e ao nosso futuro: a criação do mercado regulado de créditos de carbono no Estado do Paraná. As mudanças climáticas são das maiores ameaças que a humanidade enfrenta. O aumento das emissões de gases de efeito estufa causa eventos climáticos cada vez mais frequentes e extremos. Estamos acompanhando com profunda tristeza a tragédia que atinge os nossos

irmãos no Rio Grande do Sul nos últimos dias, uma enchente histórica que nos alerta mais uma vez sobre a necessidade de agirmos com políticas públicas mais eficientes para reduzir os impactos do aquecimento global. O Brasil, como signatário do Acordo de Paris, tem o compromisso de diminuir suas emissões de gases de efeito estufa e o Paraná, por sua vocação com a sustentabilidade e sua posição de liderança em diversos papéis e setores da economia, tem papel fundamental para desempenhar neste processo. O Projeto de Lei cria o mercado regulado de créditos de carbono no Paraná, um passo importante para que o nosso Estado se torne ainda mais desenvolvido e sustentável. Queremos estabelecer um sistema econômico ambiental regulado, certificado e transparente, onde os créditos de carbono serão comercializados. O mercado de créditos de carbono funcionará como um incentivo para a redução de emissão de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, cria novas oportunidades de negócios para empresas de todos os portes, aumentando assim a competitividade do Estado no mercado global e fomentando a economia. Além disso, busca estimular o reflorestamento de áreas degradadas e a agricultura regenerativa, reduzindo o uso de agrotóxicos, com capacitação de mão de obra, incentivo a pesquisas e geração de empregos em projetos inovadores e limpos. Ressalto, caros colegas Parlamentares, que este Projeto de Lei proposto não inclui as atividades agropecuárias desenvolvidas no Paraná, e é importante deixar isto muito claro. A redação do art. 9.º prevê: *As regras desta lei não se aplicam às atividades agropecuárias, mas incentiva a remuneração na agricultura regenerativa.* Os mercados de carbono movimentam grandes volumes financeiros que, posteriormente, são direcionados para investimentos em inovação, novas tecnologias limpas, infraestrutura sustentável e projetos de conservação de biodiversidade. O ganho financeiro é distribuído para o bem de toda a sociedade, aumentando a qualidade de vida da população, a competitividade do setor produtivo e a preservação do meio ambiente. O objetivo da legislação é explorar o enorme potencial que o Estado do Paraná possui para se tornar um dos principais *players* no mercado de crédito de carbono no Brasil, afinal somos um Estado com matriz energética limpa e consolidada, com vasta área florestal, universidades e

centros de pesquisas de referência e qualificados e um setor produtivo inovador e em constante aprimoramento. Tenho a convicção de que o mercado regulado de créditos de carbono será um grande sucesso neste desafio da transição para uma economia de baixo carbono e no enfrentamento às mudanças climáticas. Convido a todos a se unirem nesta iniciativa. Agradeço de forma carinhosa a contribuição do Dr. Carlos Garcez do Nascimento e, também, do querido e sempre Deputado Estadual e Deputado do meio ambiente Rasca Rodrigues, que lideraram a equipe técnica responsável pela redação deste PL. Desde já peço o apoio dos nobres Parlamentares para que juntos possamos construir um futuro mais verde, sustentável e inovador... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputada, pode concluir.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Desde já peço o apoio dos nobres Parlamentares, para que juntos possamos construir um futuro mais verde, sustentável e inovador para o Paraná e para o planeta. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Esta Presidência registra a presença aqui na Casa do Deputado Federal Estacho. Seja bem-vindo na tua casa, Estacho. Próxima oradora, Deputada Cloara Pinheiro.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de destacar que ontem foi o *Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular*, e quero demonstrar aqui o nosso compromisso com a inclusão e a acessibilidade das pessoas com visão monocular. Recentemente foi sancionada a Lei n.º 21.636/2023, de minha autoria, que obriga o uso do símbolo nacional de acessibilidade da pessoa com visão monocular. Essa lei determina que o símbolo seja colocado de forma visível nas placas de atendimento prioritário em serviços públicos e particulares. Essa iniciativa representa um passo fundamental para garantir que as necessidades e direitos das pessoas com visão monocular – (faz gesto) – sempre faço este gesto que é o nosso símbolo –, sejam reconhecidas e respeitadas em nossa sociedade. Ao promover a visibilidade do símbolo de acessibilidade estamos reafirmando nosso compromisso com a inclusão e

dignidade de todos os nossos cidadãos. Portanto, é com muita alegria e orgulho que concedo essas menções honrosas à Associação de Pessoas com Visão Monocular do Estado do Paraná (Amonpar) e ao Hospital de Olhos de Londrina (Hoftalon), em reconhecimento ao seu incansável trabalho em prol da inclusão e do bem-estar da nossa comunidade. A primeira menção é direcionada à Associação de Pessoas com Visão Monocular do Estado do Paraná (Amonpar). Como madrinha dessa associação, testemunhei de perto o incansável trabalho que realizam em busca da inclusão social e do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. A origem da Amonpar demonstra a força e a união de um grupo que, partindo de uma simples conversa em um grupo de *WhatsApp*, se mobilizou para lutar pelos direitos dos monoculares e também albinos. Através de Projetos de Lei e iniciativas de conscientização, a Amonpar tem ampliado sua visibilidade e impacto, trabalhando incansavelmente para promover a saúde ocular e a inclusão social. O segundo reconhecimento vai para o Hoftalon - Hospital de Olhos de Londrina, fundado em 1992, pelo casal Ana Regina Sato e Dr. Nobuaki Hasegawa. O Hoftalon tem sido uma referência na oferta de cuidados oftalmológicos de alta qualidade. Com uma equipe comprometida e um corpo clínico de mais de 130 médicos, o Hoftalon tem demonstrado um compromisso inigualável com a saúde pública. Além de ser um dos mais modernos centros oftalmológicos do Brasil, o Hoftalon é uma instituição sem fins lucrativos, que atende uma vasta gama de pacientes, independentemente de sua condição econômica ou social. Portanto, é com grande alegria e gratidão que concedo essas menções honrosas em reconhecimento ao seu trabalho exemplar e suas contribuições para um mundo mais justo e inclusivo. Que este dia seja um momento de celebração e reflexão sobre a importância da acessibilidade e da igualdade de oportunidades para todos. Quero agradecer porque também sou mãe de uma criança que hoje mora no céu, mas que era também monocular. Agradeço a presença da Juliana Barão, Presidente da Amonpar, que é monocular, tem uma visão só; do Ednilson Cunico, Vice-Presidente da Amonpar, também monocular; da Ivonete Alves, Tesoureira da Amonpar, uma baita de uma fotógrafa de Campo Largo, que só no ano passado que descobriram que ela tem uma visão

só. Agradeço ao pessoal do Hoftalon: Rodrigo Hasegawa, Superintendente Executivo; e Mario Bosso, gestor de relações institucionais. O meu carinho e o meu respeito a vocês. E nós vamos fazer a entrega da menção. Muito obrigada. Obrigada pelo trabalho lindo que vocês fazem. Em nome da minha pequenininha estrela lá no céu, que também era monocular, agradeço muito, muito, muito o carinho de vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A Deputada Cloara fará a entrega das menções honrosas aos seus convidados. (Procedeu-se à entrega das menções honrosas.) Registro a presença do Prefeito de Paraíso do Norte, Sr. Beto Vizzotto, por solicitação do Deputado Arilson Chiorado. Seja bem-vindo. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*, quero inicialmente deixar registrado aqui a nossa solidariedade a todo povo gaúcho, a todo povo do Estado do Rio Grande do Sul, que vive uma das maiores tragédias devido às fortes chuvas que ocorreram nesses últimos dias, nesta última semana. Muitas vidas sendo ceifadas, muitas pessoas que perderam todos seus pertences. Não dá para aqui imaginar, ou seja, são imensuráveis os prejuízos causados no Rio Grande do Sul devido às fortes chuvas. A nossa solidariedade a todas as famílias que tiveram suas perdas de seus familiares, que isso é uma questão de muita dor e não tem como descrevermos aqui o que passa o Rio Grande do Sul neste momento. Então, fica aqui a nossa solidariedade e que possamos, Sr. Presidente, ser cada vez mais solidários a esse povo neste momento. É nosso Estado vizinho, é um Estado que tem muito a ver com o nosso Estado do Paraná também porque são muitas as pessoas, inclusive eu, que nasceram no Rio Grande do Sul. Então, são muitas as pessoas que vieram do Rio Grande do Sul para o Estado do Paraná. Então, muito devemos a esse Estado e precisamos nesta hora, mais do que nunca, levar a nossa solidariedade a todo esse povo, a todos os municípios atingidos, a todo Estado do Rio Grande do Sul. Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, e já mencionei há alguns dias, já tenho falado isso em outros momentos, como também no ano passado,

que é a preocupação que estamos tendo, Deputado Doutor Antenor, com relação ao fechamento de escolas no campo. Deputado Renato, não entendemos o porquê o Governo do Paraná insiste em trabalhar para o fechamento das escolas do campo. Nós sabemos, Doutor Antenor, o quanto é importante o funcionamento de uma escola no campo, trabalhando lá a realidade do aluno. Quando falamos da escola do campo estamos falando de cerca de 800 escolas – é o que a Secretaria tem nos colocado – que existem hoje ainda no Estado do Paraná, que existem hoje no campo. Quero falar aqui de uma em especial que neste ano agora, na semana passada, tivemos o conhecimento, uma escola do Rio Bonito, a Escola Itinerante Herdeiros do Saber, Herdeiros do Saber I do Saber II. Essa escola fica no Rio Bonito no acampamento Herdeiros da Terra. Esse acampamento tem cerca de 1.300 famílias e essa escola foi construída pelos próprios camponeses, pelas próprias pessoas que estão acampadas, pelas famílias acampadas. E agora em setembro vai completar dez anos de existência. E nessa escola tem cerca de 500 alunos que estudam. Fomos tomados de surpresa, na semana passada, de um comunicado do interesse da Secretaria do Estado do Paraná do fechamento dessa escola. Não dá para entender o que leva um Secretário, o que leva uma Secretaria de Educação do nosso Estado pensar no fechamento de uma escola com tamanha dimensão, com tantos alunos, sem levar em consideração – acredito nisso – o que pensam os alunos, o que pensam as famílias dos alunos; sem levar em consideração quanto tempo esses alunos vão levar tendo que se deslocar da sua comunidade para uma outra comunidade; sem levar em consideração como vão ficar as escolas onde esses alunos vão ser colocados, vão ser alocados, se tem espaço, se não tem espaço. Hoje, geralmente, as escolas estão superlotadas. São 500 alunos que vão ter que ser alocados em escolas já existentes, mas tem espaço para eles? Sem levar em consideração quanto tempo esses alunos vão ficar dentro de um ônibus para poder chegar até o local onde vão estudar. E tirando, principalmente, do seu local, do seu local de origem, mudando toda a educação que ele vem tendo no próprio local que ele mora... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Um minuto para a senhora concluir, Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, estou encaminhando um ofício ao Secretário de Educação do Estado do Paraná solicitando o apoio à escola, pela manutenção do funcionamento da Escola Itinerante Herdeiros do Saber I e II, para que as crianças, para que os jovens, para que as pessoas que ali estudam possam continuar estudando a sua realidade, a sua cultura, fazendo com que a escola continue viva, porque ela dá vida também à comunidade, já que essa escola inclusive foi construída pelas próprias famílias. É importante que o Governador respeite isso e respeite essa necessidade, essa importância que tem dos alunos continuarem estudando na própria escola, que fica no Rio Bonito, também atendendo Nova Laranjeiras, mas atendendo cerca de 500 alunos. É importante que o Governador olhe com carinho para essa questão e desista de continuar com essa ideia de fechamento de escolas no campo. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Obrigado, Deputada Luciana Rafagnin. Convido para subir à tribuna o Deputado Denian Couto, do partido Podemos.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço, Sr. Presidente. Cumprimento os Sr.^s Deputados, as Sr.^{as} Deputadas. Subo a esta tribuna para falar sobre a tragédia que acomete o meu Estado natal e a minha cidade natal, Porto Alegre. Em primeiro lugar, preciso agradecer ao Governador Ratinho Júnior em reconhecer o papel do Paraná no auxílio ao povo gaúcho neste momento. O Paraná foi o primeiro Estado do Brasil a estender a mão ao Rio Grande do Sul - mandou aeronaves, barcos, botes, bombeiros, depois encaminhou um avião com medicamentos às crianças que estavam desamparadas por conta de toda tragédia no estado gaúcho, e hoje já encaminha um primeiro grande carregamento de água, alimentos, colchões, produtos de higiene e de limpeza. As imagens que todos nós assistimos pela televisão são duras, dolorosas. Sou paranaense por escolha, estou no Paraná há 20 anos e amo este Estado, e me sinto muito orgulhoso de ver esta marca do povo paranaense, a marca da solidariedade, da humanidade, do respeito, da empatia. Quando vi as imagens do Guaíba, o lago que banha Porto Alegre... O Guaíba transbordar é algo que nunca vi, nem pensei

que fosse um dia assistir na vida. Os números que são apresentados pela imprensa até agora do número de mortos são subestimados. Já se calcula, no Rio Grande do Sul, que o número de vítimas ultrapasse 200 pessoas – e isso vai subir. Na cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, só para que os senhores e as senhoras tenham ideia, 140 mil pessoas de um único município estão fora de casa. Isso é uma tragédia sem precedentes. E na hora da dor o Paraná auxilia. E essa hora não é hora de diferença e de divergência ideológica. Não é hora de apontar o dedo para ninguém. Não é hora de achar culpados. Não é hora de dizer: *Você fez! Você deixou de fazer.* Esta é uma hora de união do Governo Federal, do Governo do Rio Grande do Sul, de todos os Municípios e dos Estados irmãos que estão auxiliando o povo gaúcho neste momento. A Deputada Luciana Rafagnin disse aqui que também é filha do Rio Grande, como eu sou, e que este Estado é forjado também pelos gaúchos, pelos filhos de gaúchos, pelos netos de gaúchos que aqui residem e escolheram o Paraná para fazerem a sua casa, o seu lugar. O Oeste do Paraná e o Sudoeste do Estado, particularmente essas duas regiões, são tomadas por gaúchos que todos choram e estão de luto. Em uma hora dessas a rede social nos faz perceber que muitas pessoas perderam até a noção. Não é hora de atacar ninguém. Vi o Prefeito de Porto Alegre em um desabafo. E penso que o PT nem entendeu muito o recado do Sebastião Melo. Em um momento de absoluto desabafo o Prefeito de Porto Alegre disse assim: *Presidente Lula, nos mande barcos e botes, mas nos mande hoje, porque amanhã não adianta, depois de amanhã também não.* Aí o pessoal interpretou como ofensa. Não é ofensa. É o Prefeito de um município que está vendo seu povo morrer, que está vendo pessoas ilhadas. Em Eldorado do Sul, uma cidade grudadinha em Porto Alegre, Deputado Renato, as pessoas dormiram hoje de pé, na beira da BR, porque era o único lugar em que não chegava água. Portanto, este é um momento de união. Falava há pouco com o Deputado Ademar Traiano, perguntei a ele: *Deputado, o que nós, como Assembleia Legislativa, podemos fazer?... (É retirado o som.)*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Denian, V.Ex.^a tem um minuto para concluir. E realmente, se me permitir, também consultei

alguns Deputados na hora do almoço e a Deputada Luciana... Depois dou o tempo para V.Ex.^a concluir. A Deputada Luciana me procurou, hoje pela manhã, também pedindo que pudéssemos fazer alguma ação em benefício da população do Rio Grande do Sul. Na questão de alimentos, isso tudo há uma campanha muito grande hoje no Brasil inteiro, e teremos dificuldades aqui até para receber alimentos e outras coisas. Fiz uma sugestão – claro que isso vai depender de todos os Deputados –, que cada Deputado disponibilizasse um valor mínimo de R\$ 1 mil como um gesto do Poder Legislativo, e remeteríamos esses valores para uma conta no Rio Grande do Sul que pudesse fazer o socorro lá, disponibilizar o recurso financeiro, enfim, da melhor forma possível. Essa é a minha sugestão. Claro, gostaria que os Deputados, se assim entendessem que fosse uma atitude boa, que também pudessem fazer essa doação.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Deputado Presidente, da nossa parte, estamos plenamente de acordo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É Pequeno Expediente, mas como o tema é...

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Peço, Sr. Presidente, para usar o tempo da Liderança do Podemos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Porque daí podemos ter os apartes, se os Deputados quiserem falar. Pois não, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Deputado Denian, Deputado Presidente Ademar Traiano, precisamos de união de todos os brasileiros e brasileiras neste momento em que o Rio Grande do Sul passa por uma tragédia, parece um pós-guerra. Então, precisamos encontrar todos os meios para socorrer a população do Rio Grande do Sul. O Governo Federal está empenhado, o Governo dos Estados, como o Governo do Paraná, de Santa Catarina e de outros Estados também estão empenhados. E nós, também, como Deputados aqui da Assembleia, precisamos fazer a nossa parte. Estou de acordo e o que pudermos fazer temos que fazer. Se for possível também repassar recurso que sobra da

Assembleia para o Executivo do Estado, para o Executivo também enviar mais reforço para o Rio Grande do Sul, também estou de acordo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Sei que está no horário do Pequeno Expediente, não tem como fazer aparte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, está no horário de liderança. Sem nenhum problema.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Queria dizer o seguinte: eu, inclusive, tomei iniciativa no sábado e fiz uma doação para a conta oficial que recebe os benefícios, o *SOS Rio Grande do Sul*, que é vinculada à Governadoria daquele Estado. Fiz uma doação e pedi que as pessoas fizessem doação. A mim me parece que a iniciativa é muito válida, todos os valores são necessários e cada um doa o que puder doar. No caso dos Parlamentares podemos estabelecer um valor. Claro que teria que complementar o meu valor que era inferior a esse valor, mas entendo que é necessário, sim, que esta Casa possa até como um gesto ao povo do Rio Grande do Sul, nossos irmãos que estão passando por essa terrível dificuldade, embora tenhamos que reconhecer isto daí é fruto da mudança climática. Vamos ver cada vez mais situações iguais a esta. Então, é um fato que veio, infelizmente, para ficar, mas o que está passando o povo do Rio Grande, de grande parcela da população pelo menos, é terrível. E nós temos que ser solidários com nossos irmãos gaúchos.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Sem dúvida, Deputado Romanelli. E a chuva cessou um pouco, mas a previsão do tempo é de mais pancadas de chuvas a partir de amanhã e queda brusca na temperatura, o que faz com que a situação no Rio Grande do Sul permaneça muito grave. Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Deputado Denian, parabéns pelo seu pronunciamento. É uma preocupação de todos. A situação no Rio Grande do Sul é trágica, gerou comoção nacional e a dor dos gaúchos é a nossa dor, é a dor dos paranaenses também. Quero dizer ao senhor, ao Presidente, que estamos prontos, viu, Presidente Traiano, Deputado Romanelli, Deputado Denian, para participar de todas as campanhas. Eu mesmo já tenho feito, por iniciativa pessoal,

alguma arrecadação com amigos desde a sexta-feira e tenho levado. Eles mandam para mim e eu levo lá no Quartel do Corpo de Bombeiros, estou entregando lá. E as pessoas estão ajudando bastante, eles estão com muito boa vontade. Agora, precisamos nos preocupar também com o futuro. Temo muito que com o aquecimento global esses problemas passem a ser cada vez mais intensos. Quando tiver muito calor vai ser mais calor ainda, quando chover vai chover mais forte ainda, quando ventar vai ventar mais ainda. Então, temos que também tirar lições dessa tragédia. Este é o momento agora de acolher os que estão desabrigados, mas temos que tirar lições, porque Curitiba, por exemplo, tem mais de 300 favelas hoje, segundo a Cohapar, e muitas delas são em beira de rios, Deputado Denian. Então, temos que nos preparar porque, daqui para frente, a tendência é convivermos, infelizmente, com mais catástrofes como essa. Só quero, Deputado Denian, desculpe a invasão do seu horário, mas deixar aqui um registro de agradecimento ao Corpo de Bombeiros do Paraná, à Defesa Civil, à Polícia Militar do Paraná e à Casa Militar do Governo do Paraná. E parabenizar o Governador Ratinho Júnior porque, hoje de manhã, as forças de salvamento enviadas pelo Paraná para o Rio Grande do Sul já tinham feito 780 resgates. Isto mostra que o paranaense não deixa ninguém para trás. Aqui é um por todos e todos por um. Obrigado.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Deputado, permite um aparte?

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Deputado Nelson Justus.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Quero apenas ser bem prático, Deputado Presidente Traiano, que pudéssemos, sim, aqui, como Casa Legislativa, que pudéssemos fazer uma doação de R\$ 54 mil, R\$ 1 mil de cada Deputado. Acho que simbolicamente estaríamos já, porque é um valor realmente simbólico, mas estaríamos dando nossa contribuição. Parabéns pelo seu pronunciamento e acho a sugestão do Presidente de uma contribuição de R\$ 1 mil por Deputado, acho que cabe e é em boa hora que mostremos a nossa solidariedade nem que seja com um pouco. Obrigado.

Deputado Reichembach (PSD): Deputado Denian, um aparte.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Deputado Reichembach.

Deputado Reichembach (PSD): É oportuno e é o que está se falando intensamente, porque é muito chocante o que aconteceu e está ocorrendo ainda no Rio Grande do Sul. É importante a solidariedade desta Casa. A maioria dos Deputados já está participando em campanhas em suas cidades ou com familiares que lá estão, mas acredito que é muito válida essa sugestão que acabou sendo bem acatada aqui pelos Deputados. Vou em uma outra direção também. Acho que é oportuno citar aqui, e a Deputada Maria Victoria hoje anunciou o protocolo de um Projeto que julgo muito importante, que é para implantar o mercado de carbono. Tenho um projeto também, acredito que do ano passado, um Projeto de Lei que propõe ao Governo do Estado implantar aqui no Paraná uma orientação, um programa de orientação e esclarecimento sobre o programa de carbono, que está bem estruturado em alguns países. É uma tendência mundial e precisamos fortalecer isso no Paraná. Resumindo, a minha proposta é que possamos fortalecer aqui, também, a pauta verde, vamos dizer, a pauta da sustentabilidade, um debate que não tenho visto tão presente. Abordei esse tema algumas vezes, alguns Deputados esporadicamente têm abordado, mas fica aqui, também, esse rumo que vejo da necessidade desta Casa de Leis fortalecer esse tema, para contribuir que o Paraná se destaque cada vez mais como um Estado sustentável, porque, como foi dito pelo Deputado Ney Leprevost e outros, infelizmente é um grande recado a mais que está acontecendo aqui no Sul do nosso Brasil em relação à mudança climática, ao aquecimento global. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Denian, também quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento acerca do assunto, que é o assunto da semana com certeza, do mês, mas chamar a atenção para um outro aspecto que acho que podemos, sim, fazer as contribuições, mas as políticas públicas vão ter que começar a construir alternativas, porque, por exemplo, essas pessoas que perderam suas casas como é que elas vão conseguir reconstruir essas casas? Como é que elas vão conseguir reaver os seus bens? Isso é fruto de um

fenômeno da natureza, tem gente que é descrente em relação ao aquecimento global. Infelizmente, tem gente que acha que isso é conversa de ONG. E estão aí os sinais todos diante de todos nós. Fato é que talvez tenhamos no futuro que deixar percentuais de impostos, de arrecadação de impostos para uma espécie de seguro para as famílias. Cada vez mais isso vai ser frequente. Nós presenciamos fenômenos no próprio Estado do Paraná de ventanias que não eram muito comuns. Claro que têm coisas que sempre aconteceram, mas estão acontecendo de uma forma muito mais frequente. Ano passado foi propalado por todos os lugares que foi o ano mais quente da história. E nós estamos no mês de maio e é um mês absolutamente esquisito do ponto de vista climático. Então, devemos enfrentar muita coisa diferente por aí. Enquanto política pública vamos ter que começar a construir alternativa. Lembro de um Projeto de Lei que, se não me engano, o Deputado Arilson protocolou, acho que outros Deputados também, tratando do socorro de vítimas de enchentes, mas precisaremos ter alternativas. O Estado não vai poder não tratar desse assunto para dar uma solução, achar um caminho para que essas famílias possam voltar a ter uma vida minimamente normal. Talvez, seguros. O socorro emergencial é muito importante, mas temos que pensar que essas pessoas precisam voltar a viver na normalidade e esse é o grande desafio. Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Vamos com certeza colaborar.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço aos Deputados que apartearam. Apenas para que entendamos, por fim, a gravidade do que ocorre no Rio Grande do Sul, hoje não há como chegar em Porto Alegre... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Denian.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Não há como chegar em Porto Alegre nem por via terrestre, porque o acesso a Porto Alegre todo ruiu, não tem rodovia, e nem por avião. A previsão é que o Aeroporto Internacional Salgado Filho seja reaberto somente no fim do mês de maio. Estamos falando da Capital do Rio Grande do Sul isolada pelo céu e pela terra. As pessoas não têm mais como

trabalhar. O homem do campo no Rio Grande do Sul perdeu tudo. O interior foi devastado. São, em números atualizados, 341 municípios em situação de emergência. Estamos diante da maior tragédia climática da história do Sul do Brasil e a nossa solidariedade é importante de qualquer jeito. Agradeço, Sr. Presidente, inclusive, pela sugestão. Fico muito grato pela solidariedade dos colegas Deputados aqui do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Se todos concordarem com a sugestão, vamos ver qual é a forma legal de fazer esta operação de repassar esses recursos. Não sei se posso fazer um apelo a todos, se todos concordarem; não há imposição nenhuma.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Presidente, a Bancada desconta em folha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, não há como fazer isso. Vou deixar aqui a minha Secretária Yannih, que vai fazer o contato com todos os Deputados; e a forma legal de repassar, vamos ver qual é o melhor caminho, porque também não sei.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, posso dar uma sugestão?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Fornecer o nome da entidade que vai receber o recurso e cada Deputado fazer um cheque nominal. Cada um que quiser ajudar faz um cheque nominal. Já recebi aqui autorização do Deputado Guerra, que é do nosso partido, que a Bancada da União Brasil apoia a sua iniciativa.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): O líder é o Do Carmo, Ney. Sou adepto, pode contar comigo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Temos aqui uma conta Pix, que é auxílio das vítimas de enchentes, que é do próprio Governo. Entendo que se fizermos isso diretamente, depois podemos mandar um expediente, inclusive, ao Governador, dizendo da contribuição do Poder com o nome de todos os Deputados. Acho que essa é a melhor forma. Ok. Então, a Yannih vai fazer o contato com todos e repassar aqui a conta Pix oficial. Registro a presença na

Casa da Vereadora de Paulo Frontin, Sr.^a Andrea Soraia, por solicitação do Deputado Hussein; também do Vereador de Inácio Martins, Gilberto Belo, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Sejam bem-vindos. Com a palavra, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que interage com esta Assembleia. “União e reconstrução” foi o tema adotado pelo Presidente Lula e pelo Vice-Presidente Alckmin para fazer com que o Brasil prosperasse e que tenhamos um país diferente. Hoje, mais do nunca, quero aqui me solidarizar às famílias gaúchas que perderam amigos, parentes, que estão em situação calamitosa hoje – e há previsão de que isso pode se alastrar ainda mais. O nosso Governo Federal tem dado todo o apoio para que consigamos reduzir os danos. O momento que todo o Brasil deve se unir. Somos um País único. Não existe Estado independente do Brasil, somos um povo só, e a atitude isolada de cada um ou de forma coletivizada tem feito a diferença. Tivemos lá 20 mil pessoas já resgatadas, mas há muita gente ainda desaparecida. Tem hoje 22 helicópteros do Governo Federal lá, mais de 100 barcos, mais de 81 viaturas e mais de mil homens e mulheres das Forças Armadas trabalhando intensamente no Rio Grande do Sul, para que consigamos salvar vidas, até porque é um lema deste Governo humanizado, focado na vida das pessoas e no bem-estar. Espero que consigamos com muita prudência, com a ajuda dos municípios, das entidades, das empresas, das instituições, todo mundo coletivizado para fazer uma diminuição do sofrimento. Nós aqui, em especial, temos que ter o cuidado com as políticas públicas para que prevejam esse tipo de acidente. Claro, choveu muito em excesso, 700 milímetros em três dias. Isso fez com que muita coisa ocorresse fora do previsto, mas, vejam bem, aqui nesta Casa têm vários projetos tramitando, tem um de minha autoria que acabou de ser aprovado na CCJ, que trata do contingenciamento de barragens, de aproveitamento da água; e temos temas importantes sendo discutidos aqui nesta Casa, como a transição energética. Muito do acúmulo de água em reservatórios, em bacias, que temos hoje, é para gerar energia elétrica. Se não pensarmos em mudar a matriz energética para a energia solar, para a energia do hidrogênio e

outras, a eólica, por exemplo, vamos ter mais problemas futuramente ainda, porque o modelo está superado e precisamos fazer esse olhar. Esta Casa aqui precisa se debruçar sobre esse assunto. Infelizmente, esse episódio no Rio Grande do Sul é um alerta aqui para o Paraná. Tivemos um caso semelhante, não tão forte, nesses tempos, na região de União da Vitória. O que foi feito? Todo mundo de forma conjunta ajudou. O Governo Federal ajudou, o Governo do Estado ajudou, o Município ajudou, mas de lá para cá nenhuma lei foi aprovada nesta Casa tratando desse tema. Infelizmente, os fatos que servem de anúncio para esta Casa não estão sendo tratados. Tem projeto aqui parado na CCJ ou na sua comissão pertinente há dois, três anos, enquanto estamos aqui. Já aprovei título de cidadão honorário, já aprovei utilidade pública, mas a pauta aqui está errada. Projetos que deveriam ser prioridade não estão aqui sendo tratados. Não sei se por às vezes ser da oposição ou se não for de alguém que é da base do governo. Não quero fazer aqui prejulgamento, não é o momento de julgar ninguém, é o momento de resolver. Então, temos que ter aqui um compromisso de pautar os projetos que têm relação direta com esse tipo de incidente, acidente ou o nome que se deu para o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Temos que separar dentro do orçamento. Está sendo discutido agora, Deputado Romanelli, na comissão, o Projeto da LOA. Temos que separar, remanejar recursos para prever isso. Aí a hora que acontece – e infelizmente é esse caso –, somos paralisados também pela burocracia. Ou aqui fazemos de fato o nosso papel, que é nos antenarmos e anteciparmos os processos, ou, infelizmente, não poderemos ajudar muito as populações. Esse é um recado. Muito do que está acontecendo hoje, infelizmente, é a natureza cobrando a fatura de tudo que foi agredida ao longo desses tempos todos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Na verdade precisamos contribuir um pouco, discutir mais esse tema e criar medidas para auxílio e socorro imediatos, sem burocracia, para políticas que previnam ou contenham e diminuam os danos quando ocorrer uma tragédia dessas, e ter uma equipe maior, mais bem treinada, mais bem remunerada para poder agir de forma mais rápida. Quero dar uma

sugestão à Mesa Diretora de que fizesse uma lista. Assim como fazemos listas de projetos que têm para o autismo, para outras situações, poderíamos fazer uma lista aqui de todos os projetos que têm relação com o meio ambiente, com acidentes antrópicos e coisas do tipo e fizéssemos um código, uma aprovação de projetos, para poder ajudar o Governo do Estado a se antecipar caso tenhamos uma situação dessa. Deus é maior, vamos conseguir superar esse momento, e que Deus abençoe a todos nós aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, iria propor isso inclusive, que fizéssemos o levantamento de todos os projetos que estão tramitando em relação ao tema e que formássemos uma comissão, composta por cinco membros, para escrever algo em conjunto com uma sugestão do Poder Legislativo, tal qual fizemos com a questão do autismo, que hoje é pioneiro no Brasil, inédito no Brasil o nosso Código, que foi sancionado pelo Governador, com 113, 115 itens estabelecidos no código. Então, acho que é uma boa sugestão que possamos trabalhar isso também, como se está trabalhando no Código da Defesa do Consumidor, no Código da Mulher. Acho que quando as coisas caminharem por uma proposta única é muito melhor do que talvez trabalharmos isoladamente. Proponho isso. Se houver a concordância do líder do Governo, do líder da Oposição, que formem uma Comissão e vamos trabalhar nesse sentido.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Concordo, Presidente, porque tem um projeto meu de segurança de barragem que está enterrado nas gavetas da CCJ já tem alguns anos, quem sabe assim tem a chance de ele ir para frente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Acho que esse é o nosso papel, contribuir. Então, já determino que os dois líderes trabalhem em conjunto e organizem uma comissão de comum acordo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sim, senhor, concordamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra, pela liderança do PT, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputados e Deputadas e todos que acompanham a Sessão de hoje. Quero primeiro endossar as nossas preocupações em relação à tragédia que tem acontecido no Estado do Rio Grande do Sul e, também, as tragédias climáticas que temos observado neste último período, mas quero também puxar esse último gancho que foi levantado aqui na Assembleia em relação aos projetos que os Deputados apresentam. E quero, de maneira muito franca, conversar com vocês, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, e colocar algumas das minhas indignações, mas também alguns dos meus questionamentos em relação à tramitação dos projetos na Assembleia Legislativa e como eles funcionam. Ano passado apresentei o Projeto de Lei n.º 78, que foi protocolado no dia 6 de março de 2023, que altera a estrutura da Polícia Civil a fim de melhor acolher as mulheres vítimas de violência. Esse projeto é respaldado pela Constituição Federal no art. 24, pela Constituição Estadual no art. 13, e é um projeto bem fundamentado, inclusive com a contribuição da Controladoria das Delegacias da Mulher. Em contraponto, o Deputado Denian Couto apresentou o Projeto n.º 868, em 2023, no dia 17 de outubro, meses depois. No projeto do Deputado, ele também fala sobre o acolhimento das mulheres, o acolhimento em situação de violência, mas ele não muda a estrutura da Polícia Civil do Estado, e trabalha apenas com a viabilidade, a possibilidade, quando ser, etc, ou seja, na prática, apesar de ser um projeto muito importante, que já está na Lei Maria da Penha, não resolve os nossos problemas. A diferença do projeto do Deputado Denian para o meu são duas. No projeto do Deputado Denian a Lei Maria da Penha é citada no texto, enquanto no meu na justificativa; e a segunda diferença é que o meu projeto prevê uma mudança na estrutura da Polícia Civil para conseguir atender essa demanda, e o do Deputado não. O projeto do Deputado, inclusive, é uma cópia da Lei n.º 21.617, já aprovada nesta Casa, e a Deputada Relatora Flávia Francischini corrigiu o projeto. E aqui eu venho para vocês colocar o meu questionamento. Por que o meu projeto, que foi feito em março, não foi nem para a CCJ, não foi nem pautado, e o projeto sobre a mesma matéria, mas incompleto, protocolado em outubro, já foi para a CCJ, já foi aprovado, e está na Comissão da Mulher? Qual é a diferença entre esses dois Deputados e entre esses dois

projetos? Porque não está sendo verificada a questão de mérito. Não é o mérito do projeto que está em jogo, não é nem se o projeto está certo ou está errado. Inclusive, porque não tendo sido pautado o projeto na CCJ, eu tentei trazer o projeto em forma de Emenda quando discutimos o Código da Polícia Civil, e a Emenda foi rejeitada no Plenário pelo Governo do Estado. Então, eu gostaria de entender qual é mesmo a diferença, porque só vejo duas diferenças. A primeira é que o Deputado Denian é um Deputado homem e eu sou uma Deputada mulher. Então, quando uma Deputada mulher protocola um projeto sobre mulheres, construído com mulheres, construído com as Delegacias das Mulheres, com a Controladoria das Mulheres, e debatido com as mulheres, não vai para frente, fica parado, mas quando um homem protocola um projeto sobre mulheres ele anda. Então, assim, nós, enquanto Deputado, às vezes não queremos acreditar nessas coisas, às vezes queremos achar que tem outro motivo, mas de fato não estou conseguindo enxergar outro motivo. E sinceramente, Deputados e Deputadas, nada aqui contra o Deputado Denian. Eu acho ótimo que os Deputados homens também façam projetos em relação à proteção das mulheres, mas não é possível que quando as Deputadas mulheres façam um projeto que esteja mais completo, mais embasado, mais discutido, não seja nem pautado na Comissão de Constituição e Justiça, e quando um Deputado homem faz o mesmo projeto – e pela metade – é pautado, aprovado caminha nesta Casa. Então, não sei se é porque sou mulher, se é porque sou jovem, se é porque sou da Oposição, o que eu sei é que os projetos nesta Casa não estão andando, e não é por conta do mérito, é por conta de quem está assinando o projeto. E isso é um absurdo, porque não visa a melhoria de vida da população paranaense, não está preocupado em de fato combater a violência contra as mulheres, não está preocupado com o acolhimento das mulheres na Delegacia. Então, gostaria, sinceramente, que a Diretoria Legislativa, que a Presidência da Casa, que o Presidente da CCJ, conseguisse dialogar e conseguir colocar um sistema eficiente para pautar os projetos dos Deputados e Deputadas, porque não é possível que estamos tentando discutir coisa séria, estamos tentando mudar a vida das pessoas, e as coisas não vão para frente. Não é possível! Não é possível! Uma

hora é um motivo, outra hora é outro. Nós temos projeto da Defesa Civil que não vai para frente, temos projetos disso, temos projetos daquilo. Acontece com todo mundo, eu sei, mas não é possível que um mesmo projeto, sobre a mesma pauta, baseado nos mesmos artigos, na mesma lei, quando é um Deputado homem caminha e quando é uma Deputada mulher não caminha, não consigo ver a diferença. Se é um projeto semelhante, se é um projeto isso, é um projeto aquilo, tudo bem, mas não é. E olha o absurdo: o projeto do Deputado Denian nem foi anexado ao meu projeto para os dois caminharem juntos. E vou dar um outro exemplo aqui. Eu tenho um outro projeto que é muito semelhante ao projeto do Deputado Ricardo Arruda, e é um bom projeto. Eu tento resolver algumas lacunas, ele tem lá a proposta, e é um bom projeto. O meu projeto foi anexado ao projeto do Deputado Ricardo Arruda. Então, eles estão tramitando juntos. Por quê? Porque protocolei depois. Então, está tudo certo. Nós dialogamos, construímos, fazemos Emenda. Agora, como o projeto primeiro colocado e de autoria é meu, de uma Deputada mulher, o do Deputado homem nem sequer foi anexado junto, nem sequer foi debatido, e passou na frente e vai ser aprovado, e o meu vai ficar lá parado. Vai ser aprovada uma lei morta e que não vai mudar a vida de nenhuma das mulheres, que vai dizer o que as outras leis já dizem. E um projeto que poderia mudar, que poderia mexer na estrutura da Polícia Civil, e que não foge da nossa competência, inclusive porque está escrito na Constituição Federal: *“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre organização, garantias, direitos e deveres das Polícias Civis”*. Acho que o argumento da inconstitucionalidade não vai caber aqui. E tem esse mesmo trecho na Constituição do Paraná. Então, Deputados e Deputadas, trago aqui hoje a minha indignação, o meu questionamento se é coisa da minha cabeça e se é só eu que estou vendo que está acontecendo um processo de discriminação nesta Casa, e é evidente. Se eu estiver errada, por favor, me mostrem, porque gostaria muito de estar errada. Na realidade, quero muito estar errada, porque não é possível que eu tenha sido eleita, com mais de 50 mil votos, e não consiga que um projeto meu seja tramitado, quando um projeto de um Deputado homem,

exatamente igual, passa na frente com o meu sendo protocolado meses antes. Então, muito obrigada pela atenção de todos vocês, pela atenção da Casa...

Deputado Renato Freitas (PT): Um aparte.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Sim, Deputado.

Deputado Renato Freitas (PT): Primeiramente, gostaria de parabenizá-la pela fala, já era mais do que na hora de alguém atentar ao fato de que os Projetos nesta Casa correm de forma discriminatória. E aí percebemos, Deputada Ana Júlia, a importância da Presidência da CCJ, que se reveste de uma importância política e que é a mais importante Comissão da Casa, não só daqui como também do Congresso Nacional. E foi assim também quando fui Vereador e você foi Vereadora. Não pela competência técnica para análise e apreciação jurídica dos Projetos para que eles tenham ou não o seu andamento natural, em conformidade com a Constituição. Infelizmente, não é para isso que serve o Presidente da CCJ. Sabe para que ele serve? Ele serve para pegar tal projeto e direcionar, distribuir de forma discriminatória para que alguns Projetos sejam engavetados, enquanto outros têm essa celeridade de Fórmula 1, como foi o caso do Projeto do Denian Couto que você muito bem observou. Aqui, nesta Casa, se você não for amigo do rei, não sentar nos banquetes majestosos, onde se faz o chamado *network*, se você não entrar nessa lógica, o seu Projeto nunca será votado. Para finalizar, já que estou pegando o seu tempo, Deputada, quando fui Vereador, fui Vereador por quase dois anos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada...

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Deputado Renato. Só para terminar, porque tem um aparte do Deputado Romanelli também. Então, para terminar rapidamente.

Deputado Renato Freitas (PT): Só para terminar. Dois anos como Vereador e nenhum Projeto vindo à Sessão Plenária para ser votado. Isso demonstra a impossibilidade de uma oposição verdadeira tanto aqui como lá. Obrigado.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Deputado. Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputada, ouço o seu pronunciamento e fico perplexo porque quem faz o filtro para a anexação de Projetos similares e, claro, o seu anterior ao do Deputado Denian, não é a CCJ. Não é ela quem tem competência para fazê-lo, é sim o Departamento Legislativo que faz essa análise. Seria uma análise prévia. É feito um filtro. Precisa verificar o que aconteceu efetivamente no Departamento Legislativo, mas isso o Presidente da Casa, o Deputado Traiano, pode naturalmente conversar com o Diretor Dylliardi Alessi, que é extremamente competente, mas que talvez por alguma razão o Projeto não foi anexado.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Deputado Romanelli. Para concluir, Presidente, se me permite, quero então finalizar agradecendo a atenção de todos os Deputados e Deputadas. Dizer que de fato o que me indigna é porque acredito que acidentes acontecem, é óbvio, mas, infelizmente, esses acidentes estão acontecendo muitas vezes e precisamos começar a... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada. Então reforço que para resolvermos coloco a sugestão de uma reunião da Mesa, da Diretoria Legislativa, da CCJ, para resolver justamente esses problemas e essas coisas não acontecerem mais. Muito obrigada pela atenção e pelo tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Ana Júlia, primeiro acho que é oportuno que esta Presidência diga a V.Ex.^a que não há discriminação alguma em relação à sua pessoa, tanto é que tantas iniciativas, enquanto Presidente e Mesa Executiva, criamos aqui em defesa da mulher paranaense e das Parlamentares: a Procuradoria da Mulher, a Bancada Feminina. Então, em relação aos Projetos não há discriminação. Também é importante que V.Ex.^a saiba que não é a Diretoria Legislativa que trata do assunto. A Diretoria Legislativa recebe os Projetos e encaminha à CCJ. Quem estabelece a pauta da CCJ é o Presidente da CCJ. Da mesma forma, esta Presidência, uma vez concluída a análise dos Projetos e tendo passado por todas as Comissões, é de responsabilidade desta Presidência a pauta para vir ao Plenário. Então, é oportuno

que isto fique claro. Não há com certeza discriminação. Estamos fazendo o levantamento aqui já, neste momento, em relação ao seu Projeto que altera, parece-me, um Decreto do Governo, e V.Ex.^a protocolou dia 6 de março de 2023 e, imediatamente, no dia 8 foi encaminhado à CCJ. Então, não é responsabilidade da Mesa, da Presidência e muito menos da Diretoria Legislativa. É a CCJ que tem que tratar deste tema. Ok?

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Ok.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Desculpa. Só para agradecer, Deputado, pelo esclarecimento de que de fato seria a CCJ. E dizer para todos que as violências contra as mulheres muitas vezes são silenciosas e não é às vezes por intenção, mas elas acontecem. E temos que conseguir fazer com que saia do silêncio. Então, não acredito que deliberadamente a Presidência desta Casa, a Diretoria Legislativa ou qualquer outra pessoa tenha feito algo assim, mas está acontecendo e temos que tomar cuidado e tirar isto do silêncio para conseguir resolver. Quero realmente agradecer de prontamente o senhor já dar uma resposta.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Se tiver um fato concreto, que V.Ex.^a traga à Mesa e vamos apurar, porque da forma como V.Ex.^a está colocando aqui, parece-me que coloca como uma discriminação. E se houver, por favor, traga o assunto, porque iremos... Temos aqui a Procuradoria da Mulher que já pode intervir imediatamente. É uma regra.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, pela ordem.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, queria insistir que efetivamente é o seguinte: se estamos tratando de matérias similares, quem faz o filtro após o recebimento pela Mesa do protocolo do Projeto é a Diretoria do Departamento Legislativo. A ela é que compete analisar e, se for o

caso, determinar a anexação. Isso faz parte do Regimento da Casa. A mim me parece que não se trata de problema na CCJ ou de *network* na CCJ. O fato concreto é que os Projetos são similares e quem tem que fazer o alerta à Presidência da Casa é o Departamento Legislativo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, é de responsabilidade da Diretoria Legislativa fazer a análise. Agora, para poder juntar as propostas, há a necessidade de um Requerimento do Deputado, para que possamos fazer essa anexação. Não conheço a proposta da Deputada Ana Júlia, não conheço a do Deputado Denian; se as coisas forem similares, há a possibilidade de fazer uma anexação. Isso aqui fazemos todos os dias! Tem Requerimentos na Mesa direto aqui, todos os dias, pedindo a anexação de Projetos. Então, essa regra existe e o Deputado que achar que for melhor dessa forma que apresente um Requerimento e vamos submeter...

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Senhor Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Olha... Desculpe-me. O art. 39 do Regimento, alínea “D”, trata da anexação. E o art. 158: *“Verificada em qualquer fase do processo legislativo a semelhança de objeto entre duas ou mais proposições, o fato será comunicado ao Plenário e as proposições anexadas, abrindo-se o prazo de cinco dias para recurso”*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência está certo, Deputado, mas há a necessidade de solicitar a anexação, que é de iniciativa do Parlamentar.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Excelência, sei disso, porém o Parlamentar muitas vezes não tem conhecimento de todos os Projetos. É regra nesta Casa, digo que é prática usual da Casa que quem faz o filtro, quem faz a análise dos Projetos todos é o Departamento Legislativo, que consegue efetivamente filtrar. Com o devido respeito que tenho, acho que neste caso não foi feito como sempre é feito, aliás, pelo Departamento Legislativo. Sem querer insistir em um tema, mas dizer que efetivamente é assim que sempre aconteceu.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Turini, pois não.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, acho que o problema é maior do que este da anexação de Projetos semelhantes. Acho que deveria seguir uma ordem nas Comissões, inclusive na CCJ. Excluídos os Projetos do Governo, tinha que ter uma ordem! Aquilo que a Deputada Ana Júlia falou estou sentindo isso e, no ano passado, falei com V.Ex.^a várias vezes, falei com outros Deputados. Tenho Projeto que está na CCJ parado há mais de dois anos e que não vai para análise, apesar da insistência. Então, acho que temos que fazer uma alteração no Regimento, fazer uma alteração, e os projetos têm que ser analisados pela ordem de protocolo para chegar em cada comissão. Não é possível que dependa da boa vontade deste ou daquele Deputado que preside esta ou aquela comissão. Temos que fazer uma alteração urgente no Regimento senão vamos ficar aqui daqui 10 anos, 20 anos discutindo a mesma coisa. Tem que ser feita essa alteração. Se a Mesa não fizer, vou tomar a iniciativa de fazer essa alteração no Regimento.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Presidente, também gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada?

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Cristina Silvestri.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Cristina, por favor. Depois, o Deputado...

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): O Deputado Tercilio está corretíssimo. Tenho projetos desde 2019 e são projetos importantes para as políticas públicas, para a sociedade, e cobro direto que esses projetos vão para pauta da CCJ. Estou sempre cobrando. Aí ficamos votando todo dia utilidade pública, nome de estrada, isso e aquilo, e projetos importantes não estão entrando em pauta. Era isso. Obrigado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Também gostaria de fazer uma observação em relação à necessidade para adequação...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Senhor Presidente, a Deputada Mara já queria falar faz tempo.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... para adequação àquilo que o Deputado Turini disse, de haver uma ordem entre as Comissões logo após ter saído da CCJ. Isto é republicano, isto contempla o princípio da transparência e da efetividade. E não só no início, tem que haver uma distribuição aleatória dos projetos, porque se o Presidente da CCJ tem esse grande poder discricionário de fazer o meu projeto ir para mão de um opositor meu, que muitas vezes existe infelizmente aqui oposições pessoais, e se ele tem esse direito de fazer o meu projeto ir para essa pessoa, obviamente o meu projeto vai encontrar todas as barreiras para além das barreiras regimentais, legais e constitucionais. Então, é necessário uma distribuição aleatória na CCJ e, depois, o respeito a uma ordem. Aquela matéria que pelo fato se fizer urgente mais que as outras que venha em regime de urgência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Sim, Sr. Presidente. Só para informar que coloquei em pauta esse projeto do Deputado Denian na nossa reunião de comissão agora, logo depois da Sessão. A Deputada Márcia Huçulak é a nossa Relatora desse projeto. Com certeza vamos pedir vista desse projeto, para que possamos então ver de fato, viu, Deputada Ana Júlia, o que está acontecendo. Então, não vamos dar prosseguimento. Só para tranquilizar o seu coração. Vai dar tudo certo.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, há um mês aproximadamente um projeto que tramitou aqui do Deputado Ney era similar ao meu. O meu tinha ido antes e, assim que identifiquei aqui, fizemos em comum acordo. Eu assinei com ele sem problema nenhum, mas o que estão debatendo é o seguinte: o meu projeto tinha ido primeiro e não passou nas comissões por primeiro. Então, acho que é isso que muita gente tem debatido aqui, porque

geralmente o senhor sabe que no nosso bom Brasil nada se cria, tudo se copia. Aí viu lá: *Ah, tem uma coisa boa que saiu em tal lugar*. Vários Deputados pegam aquela ideia. Vários Deputados têm rede social e veem: *Ah, isso aqui é excelente*. E aí um coloca, outro coloca, o outro coloca. Mas é verdade, não é? Copiamos projetos de lugares que são bons. Eu faço isso. Analisamos os Estados, vemos o que está funcionando e trazemos para o Paraná. Então, acho que seria importante ter essa ordem para seguirmos. Está bem? Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney, vamos encerrar...

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Rapidinho aqui. Só quero concordar com o Deputado Amaro. Entendo que tem que ter um respeito à ordem dos projetos, inclusive por isso que aceitei retirar o meu projeto e reapresentar em conjunto com ele. Acho que tem que ter respeito à ordem e, realmente, precisamos de mais celeridade na votação de projetos importantes, que realmente interessam para população. Depois, quando vão pessoas para as ruas, em atos antidemocráticos, pedindo fechamento de Parlamentos, pensando que nós não servimos para nada aqui, essas pessoas encontram argumentos quando dizem que a Assembleia fica votando só utilidade pública, título de cidadão honorário. Está cheio de projeto de interesse popular, de interesse das pessoas em geral que tem que vir para o Plenário. Se for para derrotar os nossos projetos aqui no voto que derrotem, agora não dá mais para ficar segurando. Os projetos que são relevantes para sociedade têm que vir para o Plenário, que é supremo, decidir. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Que se proponha a criação de uma central de projetos copiados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, esta Presidência tem projeto de minha autoria desde 2017 parado na CCJ também. Então, a sugestão do Turini, vamos analisar tecnicamente se há essa possibilidade, porque não posso aqui também afirmar neste momento. Há um

instrumento legal dentro do Regimento, que o Deputado que se sentir prejudicado apresente o regime de urgência, que o projeto tramita em 24 horas ou 48 horas. É a regra. Está aqui escrito no Regimento, é só solicitar. Se for aprovado, o trâmite é de imediato. Aliás, tenho conversado com muitos Deputados que vêm até mim, tanto da Oposição quanto do Governo, pedem-me para pautar projetos que ficam parados, e tenho autorizado todos desde que tenham passado por todas as comissões. Não tenho segurado projeto nenhum, tenho pautado todos. Com a palavra o Deputado Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui, finalmente vou poder falar. Olha, vou ter que concordar. O primeiro a falar a esse respeito foi o Deputado Arilson e acho que tem toda a razão. Já falei desta tribuna que tem muito projeto importante que está parado, enquanto outros projetos com menos importância correm mais rápido. Isso aí é um erro. Sei que tem um Regimento Interno aqui que tem que ter um equilíbrio, mas não está tendo equilíbrio. A crítica da Deputada Ana Júlia, se tudo que ela falou é verídico, é muito grave, porque tem uma regra na Casa que quem protocolou primeiro tem que correr primeiro esse projeto e o outro vai anexar. Então, acho que tem que ser revisto. E a ideia do Deputado Turini é uma excelente ideia, concordo em gênero, número e grau. Temos que mudar isso aí porque os projetos têm que rodar nesta Casa e realmente estão muito devagar, muito. Acho que é um bom momento, onde uniu a Direita, a Esquerda e o Centrão com a mesma opinião. Olha que coisa rara que aconteceu! Vamos em frente. A respeito da tragédia climática no Rio Grande do Sul, que foi algo realmente acho que jamais ocorrido naquele estado, de uma abrangência que pegou praticamente quase todo estado do Rio Grande do Sul. O Governador do Paraná agiu muito rapidamente, enviou aí os bombeiros, enviou aeronave, enviou embarcações. Não fez mídia para isso, divulgou no *Twitter* dele apenas. Vários empresários ajudando e muito e muito. A nossa igreja está arrecadando água, alimento, material de higiene, material de limpeza, roupas, cobertores, nas 3 mil igrejas ou mais que temos aqui esparramadas. Então, creio que todas as igrejas estão ajudando e muito. E tem outros estados ajudando também. Então, acho que a união da

população está sendo muito forte para amenizar a dor dessa população de algo terrível que aconteceu. Além das perdas de vidas, pessoas que perderam tudo que construíram a vida inteira. Enfim, é muito grave. Agora, serviu para vermos também o despreparo do nosso Exército nesse atendimento. As críticas e os áudios que chegam de quem mora lá são terríveis, que os militares estão dando cabeçada um no outro e pouco fazem. Essa é a verdade. Quantidade de gente sem planejamento não adianta nada. Se não fosse o povo se unir e resgatar as pessoas, os animais, teria sido muito pior. Da mesma forma, a morosidade do Governo Federal em agir, como sempre, é algo impressionante. Falou, falou e até agora pouco fez. Fez algumas piadinhas ainda, não é? Que torce para o Grêmio e para o Inter. Quando o Eduardo Leite falou que tem que ter uma operação chamada “Macho”, ele deu risada. Realmente, é uma falta de sensibilidade e de empatia jamais vista por um líder máximo do nosso País. Quando faltou alimento na Venezuela, ele mandou dois aviões da FAB urgente carregado de alimentos. Não vi nada até agora. Lembrando que a última tragédia que ocorreu no mesmo estado, o Lula prometeu e ficou devendo até hoje R\$ 100 milhões e não entregou. É aquilo: fala, fala, fala e pouco faz. Espero que realmente cumpra pelo menos neste momento trágico, porque até agora nada fez. Vou agora também falar que protocolei aqui uma moção de repúdio. Tinha que fazer isso. E se a Bancada Evangélica quiser assinar isso. Tínhamos que fazer, porque realmente foi uma afronta esse show da Madonna no Rio de Janeiro. Que barbaridade, gente! O show custou ao todo R\$ 60 milhões. Dizem que da prefeitura foi 10, depois foi 20 milhões. Em um momento totalmente errado, porque daria tempo de ter cancelado essa porcaria de show dessa velha decrépita chamada Madonna. Essa mulher vem ao Brasil e faz um show com tamanha promiscuidade, ofendendo as famílias que ali estavam. Óbvio que tem de tudo lá. Tem gente que gosta, tem gente que vai porque é um show e acha que vai ser um grande show. Fez ataque a emblemas religiosos. Um show macabro. Ainda teve a cara de pau de vestir uma camiseta do Brasil, uma bandeira e ficar simulando masturbação, sexo oral. Que pouca vergonha! Essa mulher, se fosse em um país sério, deveria sair algemada do palco. Algemada deveria sair essa mulher. Quem é ela para desonrar o Brasil?

Quem é ela para fazer esse ato ao vivo em cores? Pergunto: Tinha censura de idade lá? Não. A Rede Globo passou o show. Quando passa uma novela, um filme, tem censura de idade. Tinha censura lá? Não, não tinha. Então, todo mundo viu essa pornografia. Todo mundo viu. Sem controle nenhum. Realmente, a minha moção de repúdio também é contra esse Eduardo Paes, que esse cara para mim não é um prefeito. Esse cara é um lixo que está na prefeitura. Sem contar que ele já se envolveu em corrupção; sem contar naquele vazamento, que foi pego uma fala dele com o Lula ironizando os mais pobres. Esse cara não respeita o povo, não respeita ninguém. Então, realmente, o Brasil tem que mudar. Aí pergunto: Cadê o Ministério Público do Rio de Janeiro? Como vocês permitem isso? Cadê? Cadê os direitos das crianças? Não tem. Só tem quando interessa a poucos, senão não tem. Agora, se alguém viu um show, as cenas que rolaram aqui na Internet e acharam normais, essa pessoa não está normal. Infelizmente não pode estar normal. O que vimos lá não é nada normal. É um ataque. E ela está em um país onde 90% são pessoas cristãs; onde 70%, no mínimo, são conservadores. Como que ela se atreve a fazer essa afronta? E recebendo um cachê de R\$ 17 milhões do dinheiro do povo! Ora, não era melhor cancelar essa porcaria de show, esse show pornográfico e dar esse dinheiro para ajudar os nossos irmãos gaúchos? Ah, não, mas as pessoas acham mais bacana bater palma para essa doente, essa decrépita chamada Madonna. Dizem que encerrou a carreira. A carreira dela que vá para os quintos do inferno fazer atos aqui. Ela deve servir o diabo, só pode ser. Para quem viu trechos do show, não é possível que concordem com isso. Não é possível que alguém que é pai, que é mãe, que é tio, que é avô concorde com o que viu lá – e pago com o dinheiro público. Se fosse um show fechado, maravilha, vai quem quer. E sabemos quem vai lá, a maioria que estava lá, sabemos quem é. A maioria que estava lá sabemos o que eles gostam. O que eles não gostam, óbvio, é de ouvir a palavra de Deus. Eles gostam de ouvir tudo ao contrário do que a palavra prega. Então, fica aqui essa moção de repúdio a essa mulher que não representa nem os Estados Unidos, não representa o nosso Brasil; pode representar uma parte podre e perdida do nosso país, porque quem acha aquilo bonito, que bate palma para aquilo realmente

merece um tratamento urgente. Aquilo não é show, gente. Aquilo é um escárnio, é um escárnio o que ela fez aqui. Escárnio. Um ataque direto aos valores da família, aos valores cristãos. Isso aí realmente tem que ser tomado alguma medida para que não tenha nunca mais um show desse nível. É difícil que não tenha, porque o atual Governo, o Governo PT adora esse tipo de show, tanto que ele investe muito mais em Lei Rouanet do que para atender famílias que estão morrendo, como em uma tragédia dessa aqui. Então, é o Brasil que temos hoje. Ainda bem que este Governo que aí está tem prazo de validade: termina em 2026. E esse lixo será valido para sempre do nosso Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Gugu abriu mão. Vamos ao Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Ouvi um autor falando que apresentou um voto de repúdio para o show da Madonna. Quero que me exclua disso. Não vou assinar voto de repúdio a ninguém, até porque sou completamente favorável à liberdade de expressão e do pensamento, e acho que houve uma manifestação pública. Por mais que eu não concorde com algumas das coisas que foram ditas e feitas, mas é a liberdade de expressão. Liberdade é o que é mais importante na democracia, Presidente.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, como já incomodei demais hoje, já fui muito chato, abro mão também de usar a palavra, para apressar a votação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Primeiro, é importante que voto de repúdio é uma questão pessoal. Não há amparo regimental. A Assembleia não se manifesta sobre isso. Próximo orador, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado, Sr. Presidente. Em nome da Bancada Evangélica, vou assinar a moção do Arruda, porque achei que foi um grande desrespeito às famílias o que foi feito. Então, eu, pessoalmente, assino, porque não concordo com muitas coisas. Acho que se fosse aqui no Paraná o “Xerifão” teria prendido ela, não é? Ah, tinha, não é? Mas não foi aqui. Bom, quero

falar de uma outra coisa aqui muito importante, também na qualidade de líder da Bancada Evangélica. Infelizmente, o termo da Resolução n.º 34 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que é um órgão ligado ao Ministério da Justiça. Essa Resolução n.º 34, no nosso entendimento, que também é o mesmo aqui da nossa Bancada Evangélica e também do Congresso Nacional, acaba por restringir a prática de atividades religiosas dentro das penitenciárias. De acordo com a Resolução, no nosso entendimento, que também foi citado isso em Brasília, pastores e líderes religiosos estariam cerceados de ir aos presídios para apresentarem atividades religiosas – conduta que é praticada pelas igrejas cristãs. Dois pontos vale destacar aqui dentro dessa Resolução, Deputado Arruda, Deputada Mara e Deputados, o seguinte: o primeiro é a vedação do chamado proselitismo religioso, que seria a prática de tentar converter alguém à religião. Bom, quando um pastor, um padre, alguém vai a uma penitenciária ele vai ali para a pessoa mudar o comportamento dela, porque se não fosse assim, Delegado “Xerifão”, o que o pastor iria fazer lá? Ele iria apenas fazer uma leitura da palavra? Não. Ele vai no intuito de levar a pessoa que está presa a mudar o seu comportamento, mudar sua maneira de ser, sua forma de agir. Isso é muito importante. E veja que nós enquanto igreja, pastores, padres, eles não estão com pensamento de que bandido bom é bandido morto, Deputada Cloara, eles estão ali para transformar as pessoas. E eu, particularmente, posso falar isso, porque tenho visto muitas pessoas que saíram da penitenciária, tinham penas e hoje estão recuperadas, transformadas, deixaram de ser as pessoas que eram. Ponto. Então, assim: esse trabalho é de suma importância dentro do presídio, dentro da cadeia, e esse trabalho vem sendo feito há muito tempo. E o segundo é o seguinte: a vedação de ritos ou práticas adotadas por igrejas cristãs. E aqui é válido ressaltar, não é, dizimos e ofertas. Bom, acho que o preso não tem nada que dar. Deputado Gilson, que sabe muito bem desse trabalho porque também o faz há muito tempo, a única coisa que as pessoas vão fazer na penitenciária é dar, ajudar. Nós levamos bíblias, levamos alimentação, levamos roupa. Esses dias até, em uma atitude de brincadeira, mostrei para o “Delegado Xerifão” que ele tinha cometido um erro, não é? Porque ele fez uma postagem falando: *“Aqui, saiu a*

saidinha e ainda tiveram um café”. Mas não foi ninguém que fez o café, quem fez o café foi um grupo chamado UNP – Universal nos Presídios. E eram as senhoras da igreja que prepararam um café, como fazem, todo sábado, todo domingo, PEP 1, PEP 2. Vão lá, fazem um café para as famílias, atendem as mães, atendem as pessoas. Então, esse é o trabalho que a igreja faz, esse é o trabalho que estão querendo parar e não pode ser parado. É um trabalho que traz alento às pessoas. Em resumo, a proposta do Governo Federal simboliza um verdadeiro preconceito religioso contra igrejas e líderes religiosos cristãos, que, a medida que vai inclusive de encontro com a Declaração dos Direitos Humanos, que diz que as pessoas são livres para praticar a religião que quiser e mudar de religião e serem respeitados. Sendo que um dos princípios do cristianismo é justamente pregar a palavra de Deus, também, nas cadeias. Imagina Jesus, Deputado Fabio, quando ele disse: “estive preso e fostes me visitar”. Se fosse nos dias de hoje não ia poder visitar mais não! Não podia levar uma palavra não; não podia levar uma palavra para mudar o pensamento daqueles que estão ali por cometerem um ato infracional. Acho que essa resolução foi mal tipificada, foi mal feita.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Pois não.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Amaro, um tema importante que o senhor colocou aqui na pauta. É a primeira vez que um Governo entra com uma medida dessa. A nossa igreja, na Igreja Mundial, tem centenas de ex-criminosos, ex-presidiários que hoje se converteram a Jesus, largaram o crime totalmente. Então, só traz benefício a palavra de Deus. Mas, eles não erraram no texto não, Deputado Amaro. O convertido, o presidiário convertido que sai da igreja deixou de ser criminoso, aí o PT perdeu o voto. A questão aí não é por acaso, eles vão atacar sempre no centro. Eles não querem gente convertida, eles preferem que o bandido continue sendo bandido. Você lembra quando o Lula ganhou a festa que teve nos presídios? Ora, você viu algum crente batendo palma lá? Não. Então, nada que o PT faz é por acaso, é para atacar e atingir o objetivo que eles têm. Muito obrigado.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado, Deputado Arruda. Queria só citar um dos projetos aqui, no Paraná, da Igreja Universal, que possui também diversos auxiliares nesse trabalho. E tem aqui uma parceria com a Faculdade de Fanduca no apoio aos presos. Só para vocês terem ideia, Deputados, dentro desse programa, desde 2020, a Fanduca já patrocinou esse trabalho em R\$ 4 milhões. Quatro milhões, Deputado Renato Freitas, para a ajuda no presídio. Cursos profissionalizantes: 1.203 alunos, em 2021, na primeira fase. O custo total foi de 70 mil; a quantidade de meses foi quatro meses; o valor total do custo R\$ 283 mil. Assim, são vários projetos ou vários deles que têm transformado vidas. Inclusive a pessoa quando sai da penitenciária sai já com um trabalho, sai pronta para trabalhar. Então, isso que transforma a pessoa, isso que muda a pessoa. Tenho aqui os dados. Teve a graduação agora em EAD que eles fizeram: R\$ 260 é o custo mensal, 110 alunos. Quantidade de meses cursando: seis meses, R\$ 171 mil. Fora que não tem reincidência. E quanto antes essa pessoa sai, menos gasto vai dar para o governo! O governo não vai gastar com a pessoa presa. Então assim: só de 2020 até agora 2024, a Fanduca investiu R\$ 4 milhões 112 mil 592 nessa parceria. Então, veja, Deputada Flávia, a importância do trabalho que é feito nos presídios. Quando cito aqui cito todas as igrejas, instituições, seja ela católica, evangélica ou não. Ali é um momento da pessoa ter sua ressocialização, seu pensamento transformado. Muitas vezes ela foi induzida, entrou ali no crime por um motivo errado, uma falha que ela teve e ali tem tempo até de sobra para ler a Bíblia, para pensar no que ela fez, para ler um livro. Isso é muito importante.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Pois não, Deputado.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Quero cumprimentá-lo pelo discurso, quero dizer que concordo com V.Ex.^a. É preciso ter respeito aos diferentes credos, às diferentes confissões. A presença de uma pessoa religiosa, alguém que possa levar uma palavra de conforto dentro dos presídios faz uma diferença enorme, ajuda a pessoa a se reencontrar, ajuda a pessoa a se olhar como um indivíduo diferente e se perceber capaz de tomar um novo rumo, um novo caminho. São

vários exemplos, são vários os testemunhos de pessoas recuperadas a partir de uma experiência com a palavra de Deus, com os líderes religiosos, com pessoas assim que fazem trabalhos livres de interesse político, livres de proselitismo, nada disso. Temos, inclusive, em Maringá, uma pessoa muito conhecida, uma pessoa que é adventista, ela atende lá, ela é a tia e a mãe de todos praticamente, de todos os detentos que passaram. Como tem a figura de padres, como tem a figura de pastores, como tem a figura de pessoas leigas que vão até o presídio com essa iniciativa de fazer algum trabalho nesse sentido. É um trabalho muito importante, é preciso respeitar esse trabalho, é preciso valorizar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, para concluir.

Deputado Evandro Araújo (PSD): É preciso respeitar porque de fato quando fazemos um levantamento olhando o resultado, Deputado Amaro, de fato ele é efetivo e ele existe. E, também, a questão do trabalho, a questão de estudar nessas unidades têm dado um resultado enorme para a vida dos presos, para suas famílias e, por que não, termos, de maneira voluntária, aquele detento querer receber também uma assistência espiritual. Parabéns pelo discurso de V.Ex.^a.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado, Deputado Evandro. Deixamos aqui uma Menção para que seja encaminhada aos ministros, para que seja revisto esse ato que foi feito e que em muito prejudica o trabalho que é feito pelas igrejas, o trabalho que é feito por pessoas do bem que querem ver pessoas transformadas. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra a Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, pela ordem, enquanto a Deputada Mara Lima vai à tribuna, para registrar aqui a presença do Gil, grande liderança política lá de Santo Antônio da Platina, que se faz presente na Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado.

DEPUTADO CANTORA MARA LIMA (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Estamos diante de uma realidade, acho que não havia nem a necessidade de falar que os meus colegas já falaram do assunto. Porém, é bom falar porque vamos conscientizando as pessoas. Estamos diante de uma dolorosa e alarmante situação ali com os nossos irmãos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Sou filha de gaúcho, meu pai é de Passo Fundo, e uma tristeza invade o nosso coração por tudo que eles têm passado ali. E têm os bastidores dessas enchentes, uma situação muito preocupante, Deputadas, que é o resgate dos bebês e das crianças, que estão sendo levadas para abrigos, muitas dessas crianças estão indo sem os pais, não comporta. Então, acabam sendo resgatadas sozinhas, Cloara. Quando a igreja se coloca à disposição e ajuda nesse acolhimento dessa criança, muito bem, mas a preocupação que nos dá é que se qualquer pessoa chegar lá e de repente resgatar essa criança, um pedófilo, um abusador, seja lá quem for, até quem gosta de sequestrar criança. Estou preocupada e sabe porque estou preocupada, Cloara? Porque já está comprovado que estão saqueando casas, já estão roubando barcos. Será que não pode ter um atravessador também pegando essas crianças, hein, Tito? Então, que o Ministério Público fique atento ao resgate dessas crianças. Essas crianças são largadas a própria sorte, porque se elas são resgatadas sem o pai, sem a mãe, se elas são levadas para uma igreja ou realmente para a Defesa Civil, ok, mas se não acontecer isso é bem preocupante essa situação. Enquanto acontecem momentos difíceis nessa tragédia, no Rio de Janeiro, o Deputado Ricardo falou aqui e também acabou de falar o Deputado Amaro, uma artista, que de artista não tem nada, faz um show cheio de pornografia que vai contra a moral, não só contra a fé, mas contra a moral do cidadão brasileiro. Essa mulher não me representa enquanto mulher. E quando o doutor, chamando o nosso querido Deputado que falou aqui que é liberdade de expressão, para mim não é liberdade de expressão, para mim é libertinagem, é pouca-vergonha. Uma senhora de mais de 70 anos se expor a tanto ridículo, a uma pornografia, à sexualidade, diante de crianças, sim, de adolescentes, porque era aberto ao público. Então, crianças assistiram. E o pior de tudo: uma TV de canal aberto. Ora, se quer fazer esse tipo de

apresentação que fosse em ambiente fechado e com censura. Isso nos envergonha. Eu, enquanto mulher, estou envergonhada de verdade. Cultura, apresentação não é isso, gente. O que está acontecendo com o nosso país? O que está acontecendo de verdade? Por favor, alguém me explique. Ou estou muito atrasada ou isso aqui virou bagunça, enquanto pessoas morrem. Fiz uma *live* com a deputada Eliana Bayer do Rio Grande do Sul, ela chorava copiosamente porque havia uma reclamação de que uma moça cadeirante não conseguia sair, não tinha salvamento para ela e não conseguiu sair. Parabenizo o Governo do Estado e toda a equipe de resgate. Quase mil pessoas já estavam salvas, 800 e poucas. Parabenizo também a primeira-dama Luciana, que abre uma campanha chamada “SOS Rio Grande do Sul”. Estou junto. Parabenizo o Corpo de Bombeiros. E hoje é um dia especial, é o dia da coragem, e eles com muita coragem, como voluntários, muitos deles estão ali para ajudar o Rio Grande do Sul. Que dias difíceis estamos vivendo! Que coisa estranha diante de tanto sofrimento estamos vivendo. Trago essa fala, Deputados, para dizer que nesses momentos tão difíceis encontramos pessoas boas, mas também encontramos pessoas más, viu, Deputado Litro. Gente que abre campanhas para arrecadar quando na verdade é para o bem próprio. Por isso, fique atento a quem você está doando. Aqui no Paraná, as doações estão sendo na Brigada Militar, também no Corpo de Bombeiros. Eles estão recebendo material higiênico, material não perecível. Esse é o material que estamos recebendo através das nossas instituições. Então, deixo aqui essa fala a vocês. Vou deixar um versículo bíblico que sempre deixo, Deputado Hussein: *“Não temam, nem se espantem, porque dias difíceis estamos vivendo, mas o Senhor Nosso Deus é contigo por onde quer que andares”*. Rio Grande do Sul, onde a minha fala chegar, não se espante, Deus é contigo. Deus é com vocês. (Josué 1:9). Que Deus abençoe a todos vocês e vamos contribuir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Requião, V.Ex.^a com o seu tempo. E o seu salário desse “tamanhinho” aqui, Requião? Como é que é?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): “E o salário, oh”!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ah, ok.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Quinze para as cinco, segunda-feira, sempre nas segundas-feiras. O show da Madonna foi pago pelo PL e pelo PSD, pela Heineken e pelo Itaú. Opa, não foi o PT? Não. PL e PSD. E digo para vocês: um baita de um investimento por parte da Prefeitura do Rio e do Governo do Rio, porque arrecadou quase R\$ 400 milhões em impostos. O show da Madonna foi legal? Vou dizer para vocês que não assisti, porque não gosto. Eu tinha uma coisa incrível na minha Casa, Deputado Hussein, que a maioria de vocês têm, um controle remoto e desliguei a televisão. Meus filhos não assistiram, não assisti, a minha mulher não assistiu. Não precisei de ninguém me ditando o que os meus filhos poderiam ou não assistir. Na minha casa manda a minha mulher e ela não queria que eles assistissem, e eles não assistiram. E aí o show da Madonna resolveu o problema do Brasil? Curou todas as divergências identitárias do país? Não. O show da Madonna agravou a tragédia no Rio Grande do Sul? Não. Devolveu para mim a minha bandeira ou a camiseta canarinho? Não. Foi apenas um show da Madonna, simples assim. Quem não conhece a Madonna acho que se assustou, mas desde que eu era moleque *ranhento* ela já fazia apresentações chocantes mundo afora e foi assim que se tornou a Madonna. Viro a página! Foi um show, o Rio de Janeiro arrecadou. É ou não o show mais adequado para ser passado na Rede Globo? Não sou censor, mas, como eu disse, desliguei a televisão. Acho que muitos de nós fizemos o mesmo ou poderíamos ter feito. Quem assistiu gostou e estava interessado. E tinha muita gente do PL lá, inclusive, assistindo. Então, por que essa comoção toda? Por que pegamos uma tragédia horrível, como a que acontece no Rio Grande do Sul, que é umas das maiores tragédias que o Brasil passou na sua história recente e misturamos em um caldeirão político, com um show pop lá do Rio de Janeiro?

Deputada Ana Júlia (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputada Ana Júlia.

Deputada Ana Júlia (PT): Obrigado, Deputado Requião. Quero dizer aqui que você foi cirúrgico em relação ao que colocou. E quero dizer mesmo, assim, da

desonestidade intelectual de vir aqui e tentar comparar, e tentar colocar a responsabilidade do Governo Federal em relação a isso, sendo que o Governo do Estado do Rio de Janeiro é do Partido do PL, o Prefeito do Rio de Janeiro é do PSD, e não teve recurso nenhum do Governo Federal, foram duas empresas privadas que trouxeram o show, e são justamente as pessoas que defendem as empresas privadas, defendem a liberdade do mercado, que estão criticando. E dizer que eu não vi ninguém aqui que reclamou do show da Madonna falar sobre o pastor, aquele que admitiu publicamente que beijou a filha para dizer para o namorado da filha que ele a beijou primeiro. Então, veja, assim, não é a pauta em relação à proteção à infância, etc e tal, que trabalho junto, mas é de fato para fazer um caldeirão, misturar as coisas e colocar a culpa de coisas que não tem nada a ver com nada. E aí quem gosta do show da Madonna assiste o show da Madonna, e quem não gosta desligue a televisão, não vá ao show, não participe, assim como qualquer outra coisa. Parabéns, Deputado.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Obrigado, Deputada Ana Júlia. E Deputada Mara, concordo com você que foram coisas feitas ali que são feitas com o objetivo de chocar. Qual o objetivo daquilo? Nenhum, só chocar e fazer o que foi feito. Está todo mundo discutindo isso. Inclusive, para quem reclama, parece até que ela doou parte do seu cachê, acho que R\$ 10 milhões para o Rio Grande do Sul, para atender as vítimas. Não sei se procede ou não, mas está nos blogs de notícias. Deputado Alexandre Amaro, o senhor falou de um Decreto do Governo Federal e tomei o cuidado de correr atrás desse Decreto rapidamente, porque do jeito que V.Ex.^a colocou me assusta, e concordo com você. Mas, porém, contudo, todavia, o texto do Decreto não proíbe. Na verdade, o texto do Decreto, se lido com calma em todos os seus artigos, garante a prática da religião. E eu acho que levar a religião para os presos, para as pessoas privadas de liberdade, como hoje é o politicamente correto, é necessário, é urgente até, desde que sejam todas as religiões. Eu estou com o Decreto aqui. O senhor me corrija se eu estiver lendo o Decreto errado.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Acho que é uma Resolução, não é, Deputado?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Uma Resolução. Estou com ela aqui. “O Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 64”. Depois vemos o texto aqui, o senhor só me corrija. Mas o texto que eu tenho aqui no art. 1, o art. 1.º dele, ele já começa: “Os direitos fundamentais de liberdade, de consciência, de crença e de expressão serão garantidos à pessoa privada de liberdade, observadas as seguintes garantias”. Aí, § 1.º: “Será assegurado o direito de professar qualquer religião ou crença, bem como o exercício da liberdade de consciência aos ateus e agnósticos e adeptos de filosofias não religiosas”. Ou seja, está garantindo a todos o direito a ter religião e o direito de não ter. E depois ele vai seguindo aqui: “Será assegurada à atuação de diferentes grupos religiosos em igualdade de condições, majoritárias ou minoritárias, vedado o proselitismo religioso e qualquer forma de discriminação, de estigmatização e de racismo religioso”. Ou seja, ele veda que religiões minoritárias sejam perseguidas ou discriminadas dentro do sistema penitenciário. E se nós descemos lá para o art. 17, o senhor me permite aqui a paciência de pegar, que eu tive que aumentar as letras já aqui para conseguir ler. Então, vamos lá, art.17: “São deveres dos espaços de privação de liberdade, ou seja, das penitenciárias em geral, realizar busca ativa da preferência religiosa do preso no momento do acolhimento, visando promover a garantia da assistência das religiões existentes, sejam majoritárias, ou minoritárias”. Ou seja, é dever garantir o acesso à religião. “Realizar a busca ativa dos segmentos religiosos aos quais haja manifestação de preferência por parte da pessoa privada de liberdade e que, porventura, não tenham representação no ambiente de privação de liberdade”. Ou seja, se naquele ambiente a religião daquele preso não existe é dever da penitenciária buscar com que ela chegue até ele. Então, acho que há aqui uma divergência de interpretação de texto ou talvez má-fé de quem lhe passou a nota. Eu vi algumas notícias, depois, no UOL, dizendo que há a privação de liberdade, há a proibição de pregação. Não, não há. O que se está dizendo é que todas as religiões terão o mesmo espaço, da mesma maneira – o que eu conversava com o meu amigo Deputado Evandro, e com o pastor Gilson, que é necessário. Eu acho que estender a religião a quem cometeu um erro, seja ela

qual for, é um jeito de lhe oferecer um pertencimento, que ele volte a pertencer a algum grupo e seja acolhido ao sair da penitenciária. Se o sistema penitenciário do Brasil não serve para ressocialização não serve para nada; e seria um passo para trás, uma vez que o sistema penitenciário do Brasil já é um caos e, muitas vezes, prendemos um bandido e soltamos um assassino, prendemos um meliante, uma pessoa de menor potencial ofensivo, e sai de lá um integrante de uma quadrilha, de um PCC, de um Comando Vermelho. Então, acho que há aqui uma interpretação de texto equivocada, porque eu li o Decreto inteiro e, em momento nenhum, proíbe qualquer religião de ser estendida a uma pessoa privada de liberdade. E se lemos o mesmo Decreto ou a mesma Resolução há aí uma divergência de interpretação de texto, e podemos discutir isso com mais calma fora aqui do Plenário. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O que temos aqui são notícias que servem para divertir, mas não para causar graça, mas para desviar a atenção dos problemas reais que temos hoje no Brasil, que temos hoje com a desgraça que acomete o Rio Grande do Sul, os problemas econômicos do País, os posicionamentos da nossa classe política em relação ao atendimento às pessoas como um todo, ao cidadão brasileiro. Então, vamos discutir aqui emprego, vamos discutir segurança, vamos discutir aqui o papel do Estado na vida do povo brasileiro, e deixar essa pauta moral, que rola tão fácil das nossas línguas e é tão facilmente aceita pelo público eleitor, mas que só aumenta a divergência entre o povo brasileiro ao invés de construir uma união. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, colegas, quero desejar a todos e todas uma semana abençoada. Nós teremos a Expoingá e, certamente, teremos mais uma vez a presença desta Casa firme, com seus Deputados e Deputadas de Maringá, de Londrina, de toda a região, e todos nós, aqueles que

puderem participar, porque estaremos levando a presença da Casa até a população, que tem sido uma marca presente, Sr. Presidente, dessa gestão da Mesa que V.Ex.^a comanda. Senhor Presidente, não assisti o show da Madonna. Primeiro porque tomo remédio para dormir e já fui. Faz horas que eu fui. *Divalcon*, *Carbolitium* e mais alguns outros aí. E, também, porque gosto de sertanejo, sou raiz. Evidentemente que é poder discricionário de cada um decidir o que vai fazer, o que não vai fazer, mas não podemos esquecer que está na TV aberta, está na TV aberta. Então, não podemos diminuir essa questão e deixar passar em branco. Então, acho que esse registro merece ser feito. Eu não assisti, acho que ninguém da minha família assistiu, mas acho totalmente desnecessário alguns gestos, algumas atitudes que fazem. A música é bonita, ela tem talento para isso, tem capacidade, tem voz boa, não precisa de outros atributos para aparecer. Mas, Sr. Presidente, quero dizer uma coisa para os senhores e para as senhoras: tenho escutado aqui falar bastante do Rio Grande do Sul, nosso querido irmão, Estado irmão aliás, que passa por momento de dificuldade. Eu sei muito bem o que é isso, porque sou nascido em União da Vitória. Desde a minha tenra idade já convivi com enchente, já sei. Só que a nossa enchente, Deputado Goura, tem uma diferença: graças a Deus, não temos vítimas fatais. Como disse o Deputado Bazana, não somos um barranco. Lá a enchente vem, fica parada um tempo, mas não perdemos vidas, que é o mais importante. E no Rio Grande do Sul não sabemos quantas vidas vamos perder ainda, porque já temos mais de 100 mortos e não se sabe quantos desaparecidos. Vai passar de 200 fácil! Eu estava analisando aqui e me veio uma coisa na cabeça, Sr.^s Deputados. Fiz uma ilação agora, Deputado Fabio, Denian, sobre o dinheiro, o recurso que é necessário para reconstruir a catástrofe em vários Estados Brasileiros e o Fundão, o fundo eleitoral. Vocês pararam para pensar que o fundo eleitoral do nosso País é de 5 bilhões? Alguém parou para pensar que tem R\$ 5 bilhões para serem investidos em política este ano? Não estou dizendo que não tem que ter o fundo! Tem que ter. Mas 5 bilhões, gente? Em um país com as características que o Brasil tem, vamos gastar R\$ 5 bilhões para fazer política? Está certo isso? Está certo? Ao

bel-prazer de alguns que vão escolher onde vai ser colocado o dinheiro! Não está certo, Deputado.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputado Hussein, só para contribuir, esse Projeto foi proposto no Congresso Nacional, se não me falha a memória, hoje.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Foi proposto o quê?

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Um Projeto que estabelece que “X”% do Fundo seja destinado para a catástrofe.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Que coisa boa. Não sabia desse fato. Não sei quem propôs. Tomara que... Foi em conjunto? A Câmara como um todo? Tomara que prospere, porque não casa, não fecha, Presidente, não cabe você estar discutindo tragédia, morrendo gente e ter 5 bilhões. Vamos diminuir o valor! Sei lá quanto, 1 bilhão ou 2 bilhões. Mas, não cabe! Como o senhor falou, o termo que V.Ex.^a usou, Deputado Gugu? Vossa Excelência usou um termo agora há pouco. Até anotei aqui. É uma insanidade! É uma insanidade! É o termo que V.Ex.^a usa, que é uma insanidade usar R\$ 5 bilhões no Fundo Eleitoral enquanto o País vive... E não estou culpando o Governo “A”, “B”, “C”, “D” ou “E”, isso é um fato que já vem de muito tempo. Gosto de dizer...

Deputado Denian Couto (PODE): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Oi!

Deputado Denian Couto (PODE): Apenas para se ter uma ideia dessa questão financeira, vejo nas redes sociais que, agora há pouco, o Prefeito de Porto Alegre entrou em contato com o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sei.

Deputado Denian Couto (PODE): Para pedir água, porque 600 mil porto-alegrenses não têm água em casa. E o Governo do Paraná vai mandar caminhões-pipa, a Sanepar vai mandar água para ser distribuída para a população, enquanto o senhor chama a atenção aqui de um dinheiro incomensurável. Na capital do Estado do Rio Grande do Sul, nossa cidade-irmã, o

povo não tem água para tomar. Apenas para reforçar! E parabenizar o Prefeito Greca, parabenizar a Sanepar e o Governo do Estado pela iniciativa de, rapidamente, mandar água para o Rio Grande.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É, o Paraná está fazendo um envio significativo de uma quantidade enorme de água, vários bombeiros e policiais militares, viaturas, embarcações, helicópteros, enfim, tudo o que possível, o Governo do Estado do Paraná está fazendo com bastante celeridade. Quero aqui manifestar, Sr.^s Deputados e Deputadas que tiveram um papel preponderante aqui, saudar a todos em nome da Deputada Flávia, porque o Governador sancionou a Lei n.º 21.964/2024, parabenizar todos os Deputados e Deputadas que trabalharam no Código Estadual da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista. Esse Projeto, Presidente, que V.Ex.^a falou agora há pouco, entre tantos outros que esta Casa avançou, mostrando o papel desta Casa, ele unifica diversas leis, com mais de 100 artigos sobre direitos e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas, obrigações de entes privados e públicos, entre outros pontos relevantes. Precisamos ressaltar isto. Estamos aqui agora discutindo o Código de Defesa do Consumidor, que tem como Presidente o Deputado Paulo Gomes, que vai trazer um avanço significativo para toda a sociedade do Estado do Paraná. Quer dizer, a Casa tem feito o seu papel. A Casa tem feito o seu papel, sim! Com uma falha aqui ou acolá, que pode acontecer e vai acontecer! Eu mesmo, Sr. Presidente, estava verificando, tem Projeto meu de 2019 ainda. Então, acho que são pequenos ajustes que temos que se fazer e é possível avançarmos. O nosso Governador embarcou para mais uma missão internacional e vai passar por quatro países: França, Polônia, Estados Unidos e Canadá. Tudo leva à busca de investimentos e parcerias. O Paraná está se consolidando como o Estado que mais gera empregos nos últimos anos. Para finalizar, quero dizer que o Governador anunciou a emissão da licença de instalação da Ponte de Guaratuba, com isso tiveram início as primeiras atividades de perfuração. E desejar a todos e todas uma semana abençoada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, antes de iniciar esta Sessão, protocolei um Requerimento a V.Ex.^a fazendo a seguinte solicitação: Considerando o Fundo Especial de Modernização desta Casa, do qual hoje, pelo extrato que existe à disposição de qualquer cidadão paranaense, temos em torno de 8 milhões desse fundo aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Nesse Requerimento estou fazendo a seguinte solicitação: Considerando esse valor que está lá à disposição especificamente para esse fundo, a solicitação visa fazermos por esta Casa uma doação de pelo menos 20% desse valor para o Estado do Rio Grande do Sul – de que forma daí poderíamos construir, como poderia ser feito -, totalizando um valor em torno de R\$ 1 milhão e 600 mil. Então, só queria externar isto, deixar ao seu conhecimento o protocolo desse Requerimento fazendo essa solicitação, para que usemos pelo menos 20% do valor que está disponível no Fundo Especial de Modernização desta Casa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Fabio, na verdade já conversamos sobre o tema com o Deputado Alexandre. O Femalep tem algumas regras e para tomar qualquer iniciativa dessa natureza há a necessidade de alteração da lei. Agora, também veio uma outra sugestão e estou tentando falar com o Governador, mandei mensagem a ele, para que este Poder... Claro, não é nada definitivo. O Poder Judiciário, o Ministério Público e o Governo, que pudéssemos, nas quatro instituições, vou falar com o Tribunal de Contas também, disponibilizar determinados valores, um milhão ou dois milhões de cada Poder ou instituição, e transferir para o Governo do Rio Grande do Sul. Estamos analisando isso. Ok?

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Acho que é o mais certo, Presidente. Isso aí. Parabéns.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Obrigado. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou

através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) **(52 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** *Marcel Micheletto (PL) e Matheus Vermelho (UNIÃO) (2 Parlamentares).*]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 272/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à Associação Manoel Lacerda Vieira, Goioxim; **Autuado sob o n.º 273/2024**, do Deputado Delegado Jacovós, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Elvira Balani dos Santos – APM, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 274/2024**, das Deputadas Marli Paulino e Mabel Canto, que dispõe sobre diretrizes para o enfrentamento e o combate ao tráfico e ao aliciamento de crianças no Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 275/2024**, da Deputada Maria Victória, que concede o título de utilidade pública a Sociedade Rural de Maringá – SRM, com sede no município de

Maringá; **Autuado sob o n.º 276/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a rota turística – Rota 090 no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 277/2024**, do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção aos Animais, Amigos dos Bichos, com sede no município de Flor da Serra do Sul; **Autuado sob o n.º 278/2024**, do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Antônio Kuss.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica da Redação Final.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 200/2024, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 389/2024, que altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei n.º 20.640, de 12 de julho de 2021, regime jurídico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 254/2023, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que denomina Rodovia Aristides de Caires a PR-536, no trecho que liga os municípios de Prado Ferreira e Cambé. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Luís Corti, Maria Victoria e Ney Leprevost. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora**

*Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (6 Deputados).]* Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 254/2023.**

Vamos submeter ao voto a Emenda. Em discussão a Emenda.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando. Senhores Deputados, vamos agilizar o processo de votação, por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhores Deputados e Deputadas que não votaram, o voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Flávia Francischini, Guerra, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Renato Freitas e Gugu Bueno.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, meu voto é “*sim*”. Não estou conseguindo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada Flávia. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana*

*Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Flavia Francischini, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas e Soldado Adriano José (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 43/2024. Quarenta e quatro votos, com o voto da Deputada Flávia. Está aprovada a Emenda.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 452/2023, de autoria do Deputado Ney Leprevost e da Deputada Mabel Canto, que dispõe sobre as diretrizes estaduais para a atenção integral às cardiopatias congênitas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Para comunicar às Sr.^{as} Parlamentares e aos Sr.^s Parlamentares que, a partir de hoje, está aberto no sistema a possibilidade da oferta de Emendas ao nosso Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, por gentileza, os que desejam fazer Emendas é de hoje até o próximo dia 26, sendo que a assessoria técnica da Comissão de Orçamento está à disposição de todas as Parlamentares e os Parlamentares e, claro, das suas assessorias, para qualquer orientação e, inclusive, o nosso Deputado que é o Relator da LDO, o Deputado Evandro Araújo, também está à disposição de todas e todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli

*Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Denian Couto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Renato Freitas (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 516/2023, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de Capital do Brinquedo ao município de Flórida. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Só para informar aos Deputados que fazem parte da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior que, logo após a Sessão, vamos nos reunir na Sala Arnaldo Busato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza,*

Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Goura, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 516/2023.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 613/2023, de autoria da Deputada Deputada Cloara Pinheiro e do Deputado Gugu Bueno, que estabelece a perda auditiva unilateral como deficiência. Pareceres favoráveis da CCJ Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência e Comissão de Saúde pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, peço, por favor, que agilizem a votação para que eu não tenha que chamá-los aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Denian Couto, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas e Tiago Amaral (10*

Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 250/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 27/2024, que aprova crédito adicional especial, alterando o vigente orçamento fiscal do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de Urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (40 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).*]**]** Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 250/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Douglas Fabrício.)**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 251/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28/2024, que aprova crédito adicional especial, alterando o vigente orçamento fiscal do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, só registrar o meu voto “*sim*” no Item anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Douglas. Devidamente registrado.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E peço o voto “*sim*” neste Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Arilson Chiorato, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 251/2024.**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1009/2023, de autoria dos Deputados Reichembach e Luiz Fernando Guerra, que concede título de Utilidade Pública ao Pato Pescador - Pesca Esportiva, com sede no município de Pato Branco. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estamos firmes com o Pato Pescador. Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, posso encerrar a votação, por favor?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 1009/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Delegado Tito Barichello.)**

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Pela ordem, Presidente. Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado, Delegado Tito.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 204/2024, de autoria da Deputada Flávia Francischini, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Berenice Piana de Piana. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, comunicado aos Sr.ªs Deputados e Deputadas.

Comunicado de Plenário n.º 5/2024, comunicando que no dia 29 de abril 2024 foi aprovado o parecer na forma de substitutivo geral na Comissão Especial que está analisando o Projeto de Lei n.º 1055/2023, o qual tem como objetivo Consolidar as Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná. De acordo com o §3.º do art. 235 do Regimento Interno, declaro aberto o prazo para o envio emendas. Informando ainda que o texto está à disposição no site oficial da Assembleia, juntamente com o Projeto.

Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Nelson Justus, Professor Lemos, Tercílio Turini e Thiago Buhner (33 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (21 Deputados).]* Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 204/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1161/2024, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação sobre os problemas no fornecimento de alimentação escolar no Estado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por economia processual, peço para discutir o Requerimento do Deputado Arilson; e os demais, do Deputado Renato, na forma de envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, para discutir. Adiado. Adia-se na forma regimental.

Do Deputado Renato, como envio de expediente.

Requerimento n.º 1162/2024, do Deputado Renato Freitas, solicitando informações ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná, Sr. Reginaldo Peixoto, conforme especifica; e **Requerimento n.º 1164/2024**, do Deputado Renato Freitas, solicitando informações ao Secretário de Estado da saúde, Sr. Beto Preto, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, serão encaminhados como expediente.**

Requerimento n.º 1141/2024, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão, que foram aprovados sem emendas no curso de suas tramitações. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 1127 e 1128/2024, da Deputada Cloara Pinheiro, solicitando moção de aplausos: à Associação de Pessoas com Visão Monocular do Estado do Paraná - Amonpar; ao Hospital de Olhos de Londrina - Hoftalon, **Requerimentos n.ºs 1129 a 1131, 1134, 1149, 1151, 1153 a 1156, 1158 a 1160 e 1163/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Guaratuba, 253 anos; Nova Santa Rosa; Perobal, 27 anos; Quarto Centenário, 32 anos; Alto Paraíso, 34 anos; Assaí, 92 anos; Primeiro de Maio, 73 anos; Ivaté, 35 anos; Braganey, 42 anos; Imbituva, 153 anos; Santa Terezinha do Itaipu, 42 anos; Alto Paraná, 70 anos; Uraí, 88 anos; e Mandaguari, 87 anos; **Requerimento n.º 1136/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega,

requerendo formalização viária entre o Detran e o Poder Executivo do município de Jaboti; **Requerimento n.º 1137/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro de menção honrosa aos policiais penais do setor de operações especiais da Polícia Penal em Curitiba e Região Metropolitana, pelos serviços prestados à sociedade paranaense na área de Segurança Pública; **Requerimento n.º 1139/2024**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Líder e aos Coordenadores da União da Mocidade da Igreja Assembleia de Deus de Cascavel - Umadvcl, em comemoração aos seus 45 anos; **Requerimento n.º 1142/2024**, do Deputado Bazana, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, requerendo o apoio e intervenção da manutenção integral do atual Comando do 2.º Batalhão de Polícia Militar, com sede na cidade de Jacarezinho/PR; **Requerimento n.º 1144/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Ex.º Sr. Delegado Rubens Miranda Júnior, em reconhecimento ao seu dedicado serviço na Polícia Civil do Paraná e por sua significativa contribuição à Segurança Pública; **Requerimentos n.ºs 1145 e 1147/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: da Vereadora e Professora Eunice de Souza Maciel de Paraíso do Norte, falecida em 1.º de maio; e do Coronel Edson Fernando Paredes Barroso, falecido em 3 de maio, em Curitiba; **Requerimento n.º 1146/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Ex.º Sr. Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná -TJPR, em manifestação de apoio à elevação da Comarca de Capitão Leônidas Marques de entrância inicial para entrância intermediária; **Requerimento n.º 1148/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor ao Sr. Benito Adão Rodrigues, motorista profissional da Empresa de Transportes Coletivos Grande Londrina, em reconhecimento ao ato exemplar e solidário de prestar socorro a uma mulher que passou mal durante o itinerário, no dia 2 de maio de 2024, no município de Londrina; **Requerimento n.º 1157/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr.

Silvestre Chruscinski, ocorrido em 3 de maio, no município de Laranjeiras do Sul; **Requerimento n.º 1165/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Dr. Antônio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, requerendo informações técnicas acerca de produtos alimentícios para bebês e crianças de até 2 anos, em todo o território nacional; **Requerimento n.º 1167/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo a disponibilização de servidores e equipamentos para o Colégio Estadual Lourdes Alves Melo, do município de Itaguajé/PR; **Requerimento n.º 1168/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Presidente desta Casa de Leis, Deputado Ademar Traiano, requerendo informações e providências por parte deste Poder Legislativo, conforme especifica; **Requerimento n.º 1169/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa para a Sra. Gianna Margareth Urba Banat, pela valorosa contribuição para o resgate histórico da exposição Feira Agropecuária e Industrial de Ponta Grossa - Etapi desde a sua fundação em 1969; **Requerimento n.º 1170/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), requerendo a manutenção do funcionamento das escolas Herdeiros do Saber I e II, dos municípios de Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu; **Requerimento n.º 1171/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando moção de repúdio em desfavor da Cantora Madonna, pelo show ocorrido no dia 4 de maio de 2024, no Rio de Janeiro - RJ; **Requerimento n.º 1172/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando moção de repúdio em desfavor do Sr. Eduardo Paes, Prefeito do Rio de Janeiro, pelo show ocorrido no dia 4 de maio de 2024, no Rio de Janeiro – RJ.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1132/2024**, do Deputado Gugu Bueno, requerendo a sua inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 931/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano José; **Requerimento n.º 1133/2024**, do Deputado Alexandre Curi, requerendo autorização para se ausentar

do País no período de 8 a 17 de maio de 2024, para integrar a Comitativa Governamental ao Canadá e Estados Unidos; **Requerimento n.º 1135/2024**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando a retirada como coautor do Projeto de Lei n.º 271/2024, de autoria da Deputada Maria Victória; **Requerimento n.º 1138/2024**, dos Deputados Arilson Chiorato, Doutor Antenor, Goura, Cristina Silvestri, Tercílio Turini, Ana Júlia, Requião Filho, Professor Iemos, Marli Paulino, Luciana Rafagnin e Evandro Araújo, requerendo a coautoria na Proposta de Emenda à Constituição n.º 7/2019; **Requerimento n.º 1140/2024**, do Deputado Adão Litro, requerendo a inclusão do Deputado como membro efetivo da Frente Parlamentar do Segmento de Materiais de Construção; **Requerimento n.º 1143/2024**, da Deputada Marli Paulino, solicitando a exclusão do seu nome como coautora da PEC n.º 7/2019, de autoria do Deputado Arilson Chiorato; **Requerimento n.º 1150/2024**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a retirada de coautoria da Proposta de Emenda à Constituição n.º 7/2019, de autoria do Deputado Arilson Chiorato; **Requerimento n.º 1152/2024**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a retirada de sua assinatura da Proposta de Emenda à Constituição n.º 7/2019, de autoria do Deputado Arilson Chiorato; **Requerimento n.º 1166/2024**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando a retirada de sua assinatura da Proposta de Emenda à Constituição n.º 7/2019, de autoria do Deputado Arilson Chiorato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras **Sessões Ordinárias** para terça-feira, dia 7 de maio de 2024, à hora regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária - 3.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 254/2023, 452/2023 e 613/2023; **2.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 1.009/2023 e 204/2024; e **1.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 53/2020, 911/2023, 118/2024, 139/2024 e 275/2024; **e Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira - 2.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 53/2020, 911/2023, 118/2024, 139/2024 e 275/2024; e **1.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 231/2022, 475/2022, 477/2022 e 460/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h23, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)